

Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sábado, 20, a segunda-feira, 22 de julho de 2024
EDIÇÃO 25.126
diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente
R$ 3,50



Apagão cibernético acende um alerta nas indústrias mineiras

ECONOMIA Setor não foi afetado no Estado, mas a pane tecnológica aponta para a necessidade de desenvolvimento de planos de contingência

Embora não tenha causado problemas nas indústrias em Minas Gerais, o apagão cibernético acendeu um alerta no setor em relação à necessidade da elaboração de planos de contingência para enfrentar panes nos sistemas. O gerente de Educação e Tecnologia do Senai/Fiemg, Ricardo Aloysio e Silva, pondera que, diante da extrema dependência da computação em nuvem, a computação de borda pode garantir a manutenção operacional durante apagões semelhantes e ataques virtuais.

Parte das indústrias já utiliza o *edge computing* para armazenar dados do "chão de fábrica", que tratam de produtividade, parâmetros de máquinas e demais informações críticas. Em caso de queda do sistema em nuvem, como os dados que fazem a empresa funcionar não estão nesses servidores, a produção não seria interrompida em caso de apagões tecnológicos de maior escala ou invasões cibernéticas. PÁGS. 3 E 14



A utilização de computação de borda pode garantir a operação industrial durante panes FOTO: DIÁRIO DO COMERCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

Vinhos de inverno do Brasil ainda enfrentam preconceito de origem no mercado



A produção de uvas e vinhos de inverno de Minas é reconhecida em concursos FOTO: DIVULGAÇÃO / ANPROVIN

Apesar da alta qualidade, o grande desafio da produção nacional de vinhos de inverno é derrubar o preconceito de a origem não ser de regiões tradicionais. Em Minas Gerais, a produção das uvas e do vinho de inverno é reconhecida em concursos nacionais e internacionais devido ao uso no cultivo da técnica da dupla poda, desenvolvida pela Epamig, que é realizada nas plantas em julho e agosto. PÁG. 8

Crescimento em ritmo menor da economia chinesa preocupa Minas Gerais



Mais de 40% das exportações mineiras no primeiro semestre foram destinados à China FOTO: DIVULGAÇÃO / VALE

A desaceleração no crescimento da economia chinesa acende um sinal de alerta em Minas Gerais, uma vez que o gigante asiático é o principal parceiro comercial do Estado. Especialistas consultados pelo Diário do Comércio divergem sobre a extensão dos impactos para as exportações mineiras. A China registrou alta de 4,7% de abril a junho, um pouco abaixo das expectativas de avanço de 5,1%. O país asiático foi o maior destino dos embarques de Minas no primeiro semestre, com 41,5% no valor total (US$ 8,65 bilhões). PÁG. 5

EDITORIAL

Comemora-se em Brasília a redução da parcela da população que não tem acesso a padrões mínimos de nutrição, conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Um feito que guarda proximidade, relação de causa e efeito com o programa Fome Zero, graças a qual o Brasil chegou a ser enquadrado no grupo de países capazes de garantir segurança alimentar ao conjunto da população. Os alimentos desperdiçados bastariam para garantir que ninguém passasse fome. No Brasil, alimentos processados, em restaurantes, são, por obrigação legal, inutilizados e descartados. Terminam no lixo o que não deixa de ser também mais uma forma de agressão aos que têm fome. PÁG. 2

ARTIGOS

Cidades Inteligentes entram na pauta das eleições PÁG. 9

Governo estadual pede mais prazo para pagar dívida PÁG. 7

Custo da construção sobe 2,46% no 1º semestre PÁG. 4

Vale tem 1 ano para cumprir obrigações na EFVM PÁG. 6

BANCO MERCANTIL

DÓLAR DIA 19

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 5,6030	R$ 5,6040
TURISMO	R$ 5,6280	R$ 5,8080
PTAX (BC)	R$ 5,5537	R$ 5,5543

EURO DIA 19

	Compra	Venda
COMERCIAL	R$ 6,0458	R$ 6,0486

OURO DIA 19

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.400,78
BM&F (g)	R$ 429,52

TR dia 22	0,0389%
POUPANÇA dia 22	0,5391%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

15/07	16/07	17/07	18/07	19/07
+0,33	-0,16	+0,26	-1,39	-0,03

BANCO MERCANTIL

OPINIÃO

Atentado impacta eleições nos EUA

Cesar Vanucci
Jornalista (cantonius1@yahoo.com.br)

*"Lute, lute, lute". *(Donaldo Trump após escapar ileso do atentado)*

A metáfora procede. É assim que as coisas costumam acontecer nessa nossa turbilhonante aldeia global. Se os Estados Unidos da America são acometidos de uma gripe, o resto do mundo passa a espirrar.

Tal constatação explica a descomunal comoção experimentada em todos os rincões deste nosso planeta azul, diante do atentado contra Donald Trump, episódio ignominioso que alvejou em cheio a democracia e abalou estruturas políticas da mais poderosa nação da história contemporânea. Faltando 4 meses para as eleições que apontarão o ocupante da Casa Branca para o próximo quadriênio, a campanha dominada por duelos retóricos exacerbados entre os disputantes, adversários já pela segunda vez, ganhou por força de deplorável e inesperada circunstância, conotação tremendamente dramática.

Até a hora em que estas considerações vão sendo alinhavadas, as informações disponíveis sobre a impactante ocorrência são as que se seguem. Burlando a segurança, o que está dando margem a críticas acerbas ao serviço secreto, um atirador solitário, de 20 anos, sem antecedentes criminais, de postura tímida, vítima de "*bullying*" na escola, filiado ao partido Republicano (de Trump), mas doador de pequena soma para a campanha democrata, conseguiu aproximar-se menos de 200 metros do palanque do comício do ex-presidente e efetuar os disparos que só por um triz não o atingiram mortalmente, embora causando a morte de uma pessoa e ferindo gravemente duas outras. Elementos da escolta do candidato abateram o autor dos tiros. Tudo se passou na praça pública de uma cidadezinha rural da Pensilvânia, com população de 3 mil habitantes. Houve uma revelação de que a polícia local deu pela presença do criminoso no telhado do prédio pouco antes da tragédia, não conseguindo, contudo, intervir a tempo.

> ***"A primeira pesquisa de opinião após o atentado apontou empate técnico entre os presidenciáveis, o que causou certa surpresa pra muita gente que acreditava estar garantida a vitória de Trump"***

A campanha eleitoral sofreu, à vista dos acontecimentos narrados, completa e estonteante reviravolta. Donald Trump vinha sustentando em tom demagógico, segundo experimentados analistas políticos, ser "vítima" do sistema, vítima dos adversários, da mídia, da Justiça. O atentado conferiu legitimidade à postura assumida de vítima, mas aí por ordem de fator bastante diferenciado das alegações apregoadas. Ele e seguidores vão obviamente utilizar com profusão esse argumento, na tentativa de atrair eleitores que possam garantir seu retorno à chefia governamental.

O adversário, presidente Joe Biden, vem sendo pressionado a deixar a corrida eleitoral, por haver demonstrado, segundo os próprios correligionários, fragilidade física e psicológica. Dias atrás apresentou quadro de enfermidade por ter contraído Covid.

A primeira pesquisa de opinião após o atentado apontou empate técnico entre os presidenciáveis, o que causou certa surpresa pra muita gente que acreditava estar garantida a vitória de Trump.

A história, fica evidente, promete render desdobramentos imprevisíveis. %

A secular história do café no Brasil

Benjamin Salles Duarte
Engenheiro agrônomo

Registra a história que o café chegou ao Brasil vindo da Guiana Francesa em 1727, pelas mãos do sargento-mor Francisco de Palheta. Portanto, vai comemorar 300 anos de cultivos em 2027, e continua firme e forte desde o Império aos dias atuais da República, e revela sua épica marcha para conquistar e ampliar ganhos de produção, produtividade, qualidade e conectados com a pesquisa agrícola, cafeicultores, climas, solos, gestão, mercados, políticas públicas e gerar milhões de empregos em MG/BR.

"Registros históricos revelam que o café é originário das terras altas da Etiópia, na África, e através de renovadas conquistas territoriais, povos e nações centenárias, trocas de mercadorias por terra, saberes, hábitos e costumes, consumo crescente, e através de pioneiras rotas marítimas e terrestres foi disseminada essa bebida nos continentes Europeu, Australiano, Asiático, Africano, Oriente Médio e nas Américas!

> ***"Nessa breve caminhada ao redor do mundo, em 1774 foram trazidas sementes de café do Nordeste pelo Desembargador Castelo Branco e cultivadas na Chácara do Convento dos Beneditinos (RJ)."***

Consta que o café foi torrado pela primeira vez na Pérsia e considerado uma bebida maometana. Entretanto, por volta de 1570 foi introduzido em Veneza, Itália, mas essa bebida era proibida para os cristãos e foi liberada após o Papa Clemente VIII provar e aprovar o café, sendo Pontífice entre 1592 e 1605.

Nessa breve caminhada ao redor do mundo, em 1774 foram trazidas sementes de café do Nordeste pelo Desembargador Castelo Branco e cultivadas na Chácara do Convento dos Beneditinos (RJ). Entre 1810 e 1820, essa cultura desembarca em Minas Gerais pela rota do "Caminho Novo" e alcança a Zona da Mata mineira, Vale do Paraíba e Espírito Santo, o 1º produtor de conilon.

E mais, em 1875 a Estrada de Ferro Dom Pedro II chega a Juiz de Fora e estimula a produção regional e a exportação do café pelo porto do Rio de Janeiro. Entre 1847 e 1926, a Zona da Mata foi responsável por 83,2%(média) da produção mineira de café."

Minas Gerais lidera a produção de café, com a média anual de 50%, e responde por 70% da oferta de café arábica no País, que é o 1º produtor e exportador mundial (OIC). Entre 2020 - 2023, as exportações de café foram de US$ 20,72 bilhões (Seapa). Milhares de cafeterias existem hoje nos continentes!

Segundo a Emater-MG/Safra, são 139.712 cafeicultores, dos quais são considerados familiares (89,8%), e 15.369 não familiares.

O Certifica Minas Café, e parcerias, é um fato histórico na oferta de café em MG! O Paraná respondia por 50% da cafeicultura nacional entre 1940 e 1974, porém, em julho de 1975 a "geada negra" dizimou uma área de 1,8 milhão de hectares com café e houve um êxodo de 2,6 milhões de pessoas.

A safra de nacional de café 2024 é estimada em 58,81 milhões de sacas beneficiadas de 60 quilos, e MG com 30,16 milhões (51,28%) nesses cenários; Sul e Centro-Oeste (15,04 milhões); Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste(5,59 milhões); Zona da Mata, Rio Doce e Central(8,52 milhões); Norte, Jequitinhonha e Mucuri(1,01 milhão de sacas). %

EDITORIAL

A vontade de acertar

Comemora-se em Brasília a redução da parcela da população que não tem acesso a padrões mínimos de nutrição, conforme as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Um feito que guarda proximidade, relação de causa e efeito com o programa Fome Zero, graças a qual o Brasil chegou a ser enquadrado no grupo de países capazes de garantir segurança alimentar ao conjunto da população, posição perdida adiante e que vai sendo aos poucos reconquistada. Em termos de políticas sociais, de resposta do Estado às demandas – e direitos – dos mais carentes, é o mínimo a ser feito.

Nessa direção, e sem desconsiderar que quem não tem acesso a nutrição adequada pode não sobreviver para esperar, certamente existem meios em modos de reduzir o tempo, dando vida a boas ideias que surgem de tempos em tempos, mas que por razões variadas não ganham forma. Caso elementar, quando o assunto está em pauta, do desperdício. Segundo dados internacionais e que se aplicam também ao País, os alimentos desperdiçados nas diversas etapas, desde o plantio até a mesa, bastariam para garantir, e com sobras, que ninguém passasse fome. Vale para o planeta, vale para o Brasil, onde, não faz muito tempo, voltou a ser lembrado em alimentos processados, em restaurantes, por exemplo, são, por obrigação legal, inutilizados e descartados. Terminam no lixo o que não deixa de ser também mais uma forma de agressão aos que têm fome.

Argumenta-se que estes alimentos podem estar impróprios para consumo e, se doados a terceiros, representariam riscos, criminais inclusive, para o doador. Mais simples, mais fácil e menos arriscado jogar fora. Falou-se em mudar, em assegurar que bocas famintas pudessem ser saciadas, sem prejuízo dos cuidados devidos. Algo como uma revolução silenciosa, capaz de mudar muito em pouco tempo e sem custos, mas que não aconteceu. Vitória do comodismo, da burocracia ou da indiferença, mais provavelmente tudo junto. E da mesma forma que perdas ainda maiores, que acontecem na colheita, no armazenamento e no transporte, fazendo do Brasil duplamente campeão, na produção e no desperdício de alimentos.

Está demonstrado e comprovado que tudo isso poderia mudar, com resultados imediatos e bastante positivos, a custos insignificantes. Só parece estar faltando mesmo a vontade de acertar. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio



Apagão tecnológico acende alerta na indústria

PANE GLOBAL Sistemas ao redor do planeta foram afetados na sexta-feira (19); setor industrial em MG não sofreu, mas é preciso elaborar planos de contingência

THYAGO HENRIQUE

O apagão tecnológico que afetou sistemas ao redor do mundo não gerou problemas para o setor industrial mineiro. Entretanto, a pane cibernética acendeu um alerta às indústrias: é necessário elaborar planos de contingência para o enfrentamento dessas situações.

A ponderação é do gerente de Educação e Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) / Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Ricardo Aloysio e Silva. Ele diz que, no momento, existe uma extrema dependência da computação em nuvem (*cloud computing*) e a computação de borda (*edge computing*) pode ser uma solução para garantir a continuidade operacional em apagões parecidos ou até mesmo em ataques hackers.

A principal diferença entre os modelos de nuvem e borda é que no primeiro os dados e as aplicações são processados e armazenados em centros de processamento de dados de provedores de serviços em nuvem, que podem estar localizados em qualquer lugar do mundo. Enquanto no segundo, os dados não ficam centralizados na nuvem, sendo processados e armazenados localmente, em dispositivos ou servidores localizados em instalações físicas próximas ao usuário.

Conforme Aloysio e Silva, parte das indústrias já utiliza o *edge computing* para armazenar dados do "chão de fábrica", ou seja, aqueles que tratam de produtividade, parâmetros de máquinas e demais informações críticas. Na prática, isso significa que, em caso de queda do sistema em nuvem, como os dados que fazem a empresa, de fato, funcionar não estão nesses servidores, a produção não pararia em caso de apagões tecnológicos de maior escala ou invasões cibernéticas.

"Talvez até seja um modelo a ser seguido nos outros setores. Por exemplo, não colocar 100% dos dados muito estratégicos ou críticos na operação na nuvem, mas, sim, mesclar com a computação de borda", observa. "Nos modelos que estamos indicando, e isso está dentro do escopo da indústria 4.0, a gente adota que esses dados estratégicos de chão de fábrica, de produção, sejam trabalhados na computação de borda e não transferidos totalmente para a nuvem", reitera.


Indústria 4.0 já é realidade e não transfere dados totalmente para nuvem; todo segmento industrial precisa elaborar planos de contingência, aponta Fiemg FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

De acordo com o gerente, há outra solução que poderia ser adotada por todas as indústrias e replicada nas demais áreas para mitigar eventuais problemas, porém, implicaria gastos adicionais significativos. Trata-se do uso de sistemas de *backups* locais ou na própria nuvem, que significa ter os dados em dois lugares diferentes, reduzindo potenciais riscos.

"Nos modelos que estamos indicando, e isso está dentro do escopo da indústria 4.0, adotamos que esses dados estratégicos sejam trabalhados na computação de borda e não todos em nuvem"
Ricardo Aloysio e Silva

Sem impactos - Aloysio e Silva reforçou à reportagem que não houve relatos de problemas nas indústrias mineiras ocasionados pelo apagão tecnológico global.

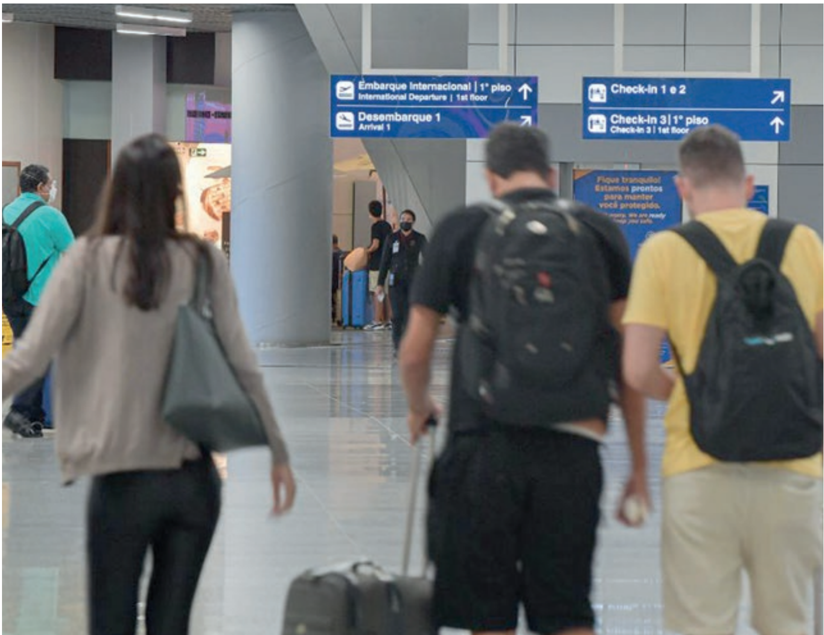
Segundo ele, o incidente, resultado de uma falha em uma atualização de um sistema da empresa norte-americana Crowdstrike teve repercussões menores no Brasil em comparação com países europeus, impactando uma companhia aérea e alguns bancos, que chegaram a enfrentar instabilidades temporárias na sexta-feira (19).

Voos foram os principais afetados em Minas Gerais

Os maiores impactos do apagão cibernético global de sexta-feira (19) foram sentidos pelas companhias aéreas e, consequentemente, pelos passageiros, com diversos voos atrasados e cancelados. O problema tecnológico foi causado por uma falha na atualização de um sistema da norte-americana de segurança cibernética Crowdstrike, afetando os servidores da Microsoft.

Até às 18h de sexta-feira, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, situado em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), havia registrado 62 voos com partidas em atraso e 70 com chegadas em atraso. Conforme o balanço da BH Airport, administradora do terminal, até aquele horário, 14 partidas e 17 chegadas foram canceladas. As viagens eram da Azul Linhas Aéreas

A Azul, por sua vez, informou, em nota, que "nesta manhã (sexta-feira), a companhia havia registrado atrasos pontuais em parte de seus voos e que os clientes afetados estão recebendo toda a assistência necessária", conforme prevê a legislação.



No BH Airport, voos da Azul foram afetados, mas Gol e Latam não tiveram problemas FOTO: DIVULGAÇÃO / BH AIRPORT

Enquanto isso, a Gol e a Latam não foram afetadas. A Gol disse à reportagem que seus sistemas e as operações nos aeroportos não sofreram impactos. A Latam emitiu comunicado dizendo que sua operação estava funcionando normalmente e não foi impactada pela falha global.

Apesar dos registros de voos atrasados e cancelados, o apagão cibernético não afetou os sistemas da BH Airport. A concessionária reiterou que estava "monitorando a situação e os impactos aos passageiros, em cooperação com as companhias aéreas e os órgãos do setor, a fim de minimizar os efeitos".

Setores bancário e elétrico - Diferentemente do setor aéreo brasileiro, as operações dos setores bancário e elétrico não foram tão impactados pela pane tecnológica, segundo comunicados emitidos por entidades e empresas.

A Federação Brasileira de Bancos (Febrabran) afirmou que alguns sistemas dos bancos chegaram a ser temporariamente "afetados em diferentes escalas, mas nada que comprometesse a prestação de serviços de forma relevante". O Banco Inter, por exemplo, registrou uma instabilidade que afetou a disponibilidade de alguns serviços de seu aplicativo – problema que foi corrigido. Já o Mercantil não utiliza o sistema impactado pelo apagão cibernético e não sofreu consequências.

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) disse que a falha global afetou a estabilidade de seus canais de atendimento Cemig Atende Portal (Agência Virtual) e o Aplicativo Cemig – a estatal está trabalhando para regularizar a situação o mais breve possível –, porém, não impactou as operações de campo. Enquanto isso, a Energisa Minas Rio não registrou clientes impactados. **(TH)** **Veja mais na pág.14**

Parcerias com o sistema prisional



Renato Loffi
CEO do Grupo Treini

Minas Gerais tem, atualmente, 853 municípios. Ribeirão das Neves recebe em torno de um quinto da população carcerária do Estado. A polícia penal tem trabalhado pela custódia e ressocialização dos seus internos. Em 2022, havia 15.918 custodiados em atividades laborais. Em 2023, 18.241. Há, no Estado, mais de 60 mil presos. Com 20 mil, haveria, mais ou menos, um terço da população em atividade; o valor corresponde a 33% da massa carcerária. A meta é alcançar de 30% a 35% dessa proporção até 2026.

Esta é uma economia cada vez mais orientada pela sustentabilidade e responsabilidade social. Trata-se de um modelo benéfico de colaboração entre o setor empresarial, as prefeituras e o sistema prisional. Os três promovem a ressocialização dos detentos e contribuem para o desenvolvimento sustentável das cidades.

Antes de serem inseridos em atividades laborais, os internos passam por uma avaliação realizada por uma equipe multidisciplinar, garantindo que estejam aptos para o trabalho. Essa equipe, composta por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, assistentes jurídicos e médicos, considera o histórico e as necessidades de cada indivíduo. Isso assegura que o trabalho realizado seja eficiente e benéfico para os internos e para as empresas.

"Os modelos de operação dentro das penitenciárias são isentos de aluguel, ICMS e IPTU. Essas parcerias geram valor social, diminuindo a reincidência criminal e fortalecem a coesão social"

Parcerias com o sistema prisional culminam em economias significativas, com uma redução estimada em 53% nos custos de mão de obra. Os modelos de operação dentro das penitenciárias são isentos de aluguel, ICMS e IPTU. Essas parcerias geram valor social, diminuindo a reincidência criminal e fortalecem a coesão social.

As instituições e prefeituras podem atuar na manutenção de espaços públicos, na fabricação de bloquetes, na construção civil e em serviços de mecânica.

A utilização de bloquetes fabricados pelos internos, por exemplo, oferece uma solução ecológica e econômica para a pavimentação urbana. Experiências nacionais e internacionais demonstram que o custo dos bloquetes é menor do que o do pavimento asfáltico, proporcionando uma poupança considerável e reduzindo o impacto ambiental.

Hoje, o Estado possui mais de 538 empresas parceiras. Faz-se, assim, a manutenção do espaço público; a fabricação de bloquetes; a construção civil; o serviço de mecânica; a fábrica de fralda e de absorvente. Auxiliar de produção; serviços gerais; e tratamento de esgoto. Há 19 Regiões Integradas de Segurança Pública. E dentro dela, o Estado tem 172 unidades prisionais. Em todas elas, a dinâmica tem dado resultado.

O pagamento dado ao empregado é dividido em três partes: 50% vão para a sua conta direta, por meio de convênio com o Banco do Brasil. 25% retornam para os cofres públicos do Estado para que haja mais investimento em ressocialização. E os outros 25% formam a conta pecúlio, que é uma espécie de conta poupança, à qual ele somente terá acesso depois que estiver em liberdade. Juntos, podemos promover a dignidade humana e criar um futuro mais promissor para todos.. %

Mão de obra impulsiona custo da construção

CUB Indicador do Sinduscon-MG aponta incremento de 2,46% no acumulado do primeiro semestre em Minas Gerais

JULIANA GONTIJO

Pressionado pela mão de obra, o custo da construção em Minas Gerais registrou alta de 2,46% no primeiro semestre de 2024, segundo levantamento do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG). Nesse período, a variação da mão de obra foi de 4,62% e dos materiais, de 0,55%.

O presidente da entidade, Renato Michel, afirma que a atividade vive um "apagão de mão de obra", o que faz com que profissionais do setor sejam disputados, refletindo no aumento dos salários. "Com dificuldade de encontrar trabalhadores, outra opção encontrada para manter as obras é aumentar a quantidade de horas extras, o que impacta no custo", explica.

No que se refere aos materiais de construção, ele explica que o ritmo dos aumentos diminuiu neste ano. "Eles (preços) pararam de subir, só que se estabilizaram num nível muito elevado e nunca mais voltou ao patamar pré-pandemia", diz. O dirigente lembra que durante a pandemia, em razão do desequilíbrio nas cadeias de produção no mundo, o preço dos materiais chegou a subir até 80%.

Michel ressalta que o preço ainda alto dos materiais de construção está interferindo no desempenho das empresas que comercializam esses produtos para o consumidor final. Situação destaca pelos representantes do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Material de Construção, Tintas, Ferragens e Maquinismos de Belo Horizonte e Região (Sindimaco) e da Associação do Comércio de Materiais de Construção de Minas Gerais (Acomac) ao Diário do Comércio. Eles estimaram uma retração de 7% no faturamento no primeiro semestre na comparação com o mesmo período do ano passado.

"Quem tem que reformar um imóvel, está com mais dificuldades para comprar o material", observa Michel.

E os custos elevados têm impacto no valor dos imóveis. Em Belo Horizonte, por exemplo, os imóveis residenciais continuaram subindo. Em junho, a capital mineira apresentou incremento de 1% e já acumula nos últimos 12 meses, 10,17% de aumento nos preços, conforme dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), com base nos anúncios dos portais ZAP (VivaReal e Zap Imóveis).

Apesar da alta de 2,46% no CUB/m² no acumulado dos seis primeiros meses de 2024 em Minas Gerais, o presidente do Sinduscon-MG observa que o incremento foi menor na comparação com igual período de 2023: alta de 3,65%. O mesmo comportamento foi verificado no acumulado dos últimos 12 meses, com os custos apresentando alta de 2,97%, acima da elevação de 4,82% frente ao mesmo intervalo de 2023.

Perspectiva – O presidente do Sinduscon-MG explica que o cenário de dificuldade para conseguir profissionais vai se manter no segundo semestre deste ano e, logo, vai continuar pressionando os custos. "Além disso, a formação de mão de obra, leva tempo, é lenta", observa.

Outo ponto é o fato que a demanda tradicionalmente aumenta nos últimos seis meses do ano em razão da elevação do número de lançamentos de imóveis. "As vendas também aumentam nessa época", destacou.

E para tentar reduzir os impactos da escassez de trabalhadores, a opção é investir em inovação e tecnologia nos canteiros de obras, o que também requer treinamento dos profissionais.

"O presidente do Sinduscon-MG, Rentato Michel, explica que o cenário de dificuldade para conseguir profissionais vai se manter no segundo semestre deste ano e, logo, vai continuar pressionando os custos. "



De acordo com o Sinduscon-MG, os preços dos materiais de construção estão subindo menos, porém, se mantiveram em um patamar elevado FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

COMBUSTÍVEIS

Tanqueiros se mobilizam por conta dos preços

RODRIGO MOINHOS

A Petrobras ainda não reajustou o valor do diesel, mas os demais aumentos de combustíveis, como o da gasolina, em 7,11% nas distribuidoras, devem refletir no custo do óleo. E, com isso, o setor não descarta uma possível paralisação caso não chegue a um consenso sobre o assunto. É que o diesel corresponde a cerca de 60% dos gastos dos transportadores em Minas Gerais e, por conta desse cenário, o sentimento entre os transportadores de combustíveis e derivados de petróleo no Estado é de insatisfação.

O alerta foi feito na sexta-feira (19) pelo presidente do Sindicato das Empresas Transportadoras de Combustíveis e Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais (Sindtanque-MG), Irani Gomes, que adiantou que haverá uma reunião na próxima semana com a categoria para definir o que vai ser feito sobre esses impactos no diesel. "As transportadoras estão trabalhando com prejuízo. Se não conseguirmos negociar esses aumentos que estão ocorrendo, poderá haver, sim, uma paralisação do setor", adiantou.

No segmento já ocorre um impacto de, aproximadamente, 25% no valor do frete, por conta da elevação dos combustíveis, considerou ele. "O óleo chega da refinaria e, nos repasses até o posto, já arcamos com a terceira tributação sobre o diesel. A refinaria repassa para a distribuidora com um imposto. A distribuidora passa para o revendedor, que no caso é o posto, com mais uma tributação. E o posto passa para o consumidor com mais uma taxação. Com isso, o produto chega ao consumidor final muito caro, e para a transportadora a defasagem é de 25% a 30% no frete. Aumenta o diesel e todos os insumos seguem junto", destacou.

Para o dirigente, o cenário de elevação de preço nos combustíveis funciona como uma espécie de efeito cascata, e o impacto desses aumentos na gasolina chega no óleo diesel. "Se aumentam os preços da gasolina, do biodiesel e até do gás de cozinha, o diesel também acaba encarecendo, mesmo sem um reajuste oficial. Isso onera significativamente os custos do frete e impacta diretamente nos custos das transportadoras. É uma situação insustentável, pois o valor do frete não acompanha os aumentos nos preços do diesel. Com isso, a conta não fecha, e continuamos amargando sérios prejuízos", avaliou o sindicalista.

Ainda segundo Gomes, com as elevações dos combustíveis, principalmente a gasolina, o preço do diesel vem aumentando simultaneamente nas bombas. "Já existe um aumento que não aparece oficialmente, mas já percebemos no bolso. A Petrobras, com certeza, vai aumentar o preço do óleo diesel em breve. Outro ponto é a questão do governo do Estado, que tem buscado aumentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que ficou um tempo sem alta, e o Estado vem dando sinais com relação a essa elevação. Estamos acompanhando para ver como ficará a situação para o transportador", afirmou ele.

Diante do agravamento da situação econômica, o Sindtanque-MG já tem mobilizado seus associados e mantido contato com outras entidades no País para debater o assunto e encontrar formas de combater os aumentos.

"A ideia é 'bater nas portas' dos governos federal e dos estados para que esses aumentos sejam revistos. Além disso, vamos continuar cobrando das autoridades medidas para a redução de impostos e taxas de insumos e serviços que incidem sobre os custos do frete", enfatizou o presidente da entidade, Irani Gomes.

Desde o último dia 9 de julho, o litro da gasolina sofreu uma alta de R$ 0,20, chegando a R$ 3,01 nas distribuidoras.



Tanqueiros em Minas estimam uma alta nos preços do óleo diesel FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

Crescimento chinês não deve afetar Minas Gerais

GIGANTE ASIÁTICO **Apesar do desempenho aquém do esperado, país ainda cresce acima da média mundial; especialistas divergem sobre consequências**

JULIANA SODRÉ

A economia chinesa cresceu abaixo do esperado no segundo trimestre de 2024 e deixou o mundo em estado de atenção. Sendo a China o principal parceiro comercial de Minas Gerais, a notícia também acendeu um sinal de alerta no Estado e especialistas ouvidos pelo Diário do Comércio divergem quanto ao tamanho dos impactos na economia mineira.

Apesar do crescimento de 4,7% no período de abril a junho na economia chinesa, o resultado indica o ritmo mais lento desde o primeiro trimestre de 2023 e abaixo das expectativas dos analistas, que era de alta de 5,1%. Na avaliação do pesquisador da Fundação João Pinheiro (FJP), Lúcio Barbosa, apesar da diminuição do compasso, a China ainda cresce muito, com índices próximos aos 5%.

"São taxas ainda fortes, que não devem ter um impacto maior na economia brasileira ou mineira, se continuarem neste ritmo de desaceleração. Se tivesse uma queda abrupta, talvez teria", diz.

A mesma visão tem o consultor de Negócios Internacionais da Federação das indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Alexandre Brito. Ele argumenta que a taxa chinesa ainda é muito relevante e o crescimento de 4,7%, em termos absolutos, é quase 50% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

"Precisamos ter cuidado para não extrapolar uma análise de curto prazo, puramente quantitativa, para um quadro estrutural em que se projeta que a China vá entrar em crise, ou afetar alguma economia de forma mais dura. Acho perigoso fazer este tipo de ligação. É preciso ter atenção, para ver se os indicadores melhoram, mas o resultado final anual ainda pode ser o esperado", avalia.

Ele analisa que o que se tem chamado de desaceleração ou queda na cadência da economia, sejam oscilações normais de índices econômicos. Prova disso, na opinião do economista, são os resultados positivos da balança comercial de Minas Gerais, que tem a China como maior parceiro comercial.

"São taxas ainda fortes, que não devem ter um impacto maior na economia brasileira ou mineira, neste ritmo de desaceleração"

Lúcio Barbosa

Balança comercial - De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), no primeiro semestre do ano, as exportações de Minas Gerais somaram US$ 20,7 bilhões e cresceram 4,3%. Já as importações retraíram 2,8% ao negociar cerca de US$ 7,5 bilhões, na comparação com o mesmo período de 2023. Com isso, o Estado registrou novo recorde no saldo comercial de US$ 13,2 bilhões, para os primeiros seis meses do ano. Em junho de 2024, o superávit foi de US$ 2,1 bilhões, com as exportações alcançando US$3,4 bilhões e as importações US$1,3 bilhões.

Os principais destinos das exportações de Minas Gerais nos primeiros seis meses do ano foram a China, com participação de 41,5% no valor total (US$ 8,65 bilhões), e os Estados Unidos, em segundo lugar, com 7,7% (US$ 1,94 bilhão). Os dois países também foram as principais origens das importações, com participação de 26,5% (US$ 1,99 bilhão) e 12,9% (US$ 0,97 bilhão), respectivamente.

Se comparados os primeiros semestres, Minas Gerais exportou mais para a China em 2024 do que em 2023. Enquanto o Estado negociou o equivalente a US$ 8,65 bilhões nos primeiros seis meses deste ano com o país asiático, no exercício passado foram US$ 7,86 bilhões.

Resultado de 4,7% no periodo de abril a junho indica ritmo mais lento desde o primeiro trimestre de 2023 e abaixo das expectativas FOTO: REUTERS / TINGSHU WANG

País pode estar vivendo fenômeno chamado "*peak* China", diz professor da FDC

Na opinião de Lúcio Barbosa, o que está acontecendo é reflexo da mudança dos *drivers* do crescimento chinês. "A economia chinesa se baseou por muito tempo na infraestrutura e no setor mobiliário, nas construções de ativos fixos como pontes e casas. E, há alguns anos, o país discute essa mudança como forma de desinflar a bolha que se formou no setor, daí uma repercussão disso é a desaceleração do crescimento chinês, o que não é novidade, já que tem acontecido há alguns anos", analisa.

Entretanto, para o professor da Fundação Dom Cabral (FDC) e colunista do Diário do Comércio, Paulo Vicente, não só a desaceleração é motivo de alerta; há outros. "É preciso estarmos atentos no encolhimento demográfico da China e na crescente animosidade com os países vizinhos. A China está cada vez mais agressiva em relação às Filipinas e a Taiwan. Mas, também tem disputas territoriais com Japão, Vietnã, Malásia e Brunei", diz o professor.

O encolhimento demográfico impacta em outro problema citado pelo pesquisador da FJP, Lúcio Barbosa, que é o consumo interno. "A China tem tentado estimular o consumo das famílias chinesas para ser um novo motor de crescimento da economia. Evitando que ele seja puxado apenas pelos investimentos, e estimulando o crescimento também pelo consumo", explica.

Na avaliação de Paulo Vicente, a economia chinesa atingiu o que se chama de "*peak* China", ou seja, o fenômeno de crescer cada vez mais devagar daqui para frente. E, para ele, Minas Gerais deverá sofrer impacto com a redução da demanda por minério de ferro e no agronegócio. "Isto deve levar os preços das mercadorias ligadas a estes setores a ficarem baixos por muito tempo", alerta.

Por fim, o professor sugere que as economias dependentes do mercado chinês busquem alternativas. "É preciso buscar novos parceiros comerciais que ainda tenham potencial de crescimento", conclui. **(JS)**



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

LIASA
LIGAS DE ALUMÍNIO S/A – LIASA
CNPJ/MF 17.221.771/0001-01 - NIRE: 3130004634-6
SEDE SOCIAL: AV. DR. JOSÉ PATRUS DE SOUSA, 1.000
DISTRITO INDUSTRIAL - PIRAPORA-MG

Encontram-se à disposição dos Sócios da Ligas de Alumínio S.A - LIASA, tanto na Unidade Fabril (endereço acima), quanto no Escritório Administrativo, à Rua Matias Cardoso, nº 169 – 8º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Minas Gerais, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos, o que inclui relatórios econômicos e as contas dos administradores, a cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, dados que também já foram publicados no jornal Diário do Comércio - Edição Impressa e Digital no dia 01 de maio de 2024.

Belo Horizonte, 18 de Julho de 2024.
(a) Fernando Caram Patrus **(a) Marcos Caram Patrus**

EDITAL 11ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE – Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc. Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos da AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Processo eletrônico número 5008861-19.2016.8.13.0024, proposta por BANCO DO BRASIL S/A, CNPJ 00.000.000/0024-88 em face de VK MINAS LTDA - ME, CNPJ 00.903.505/0001-66, REMIO MARCIO ALVES LEITE, CPF 060.003.088-17 e MARIA CRISTINA CORVINO DA PAIXAO LEITE, CPF 048.031.068-86 em que alega o autor que celebrou com a primeira Ré V K MINAS LTDA, em 05/04/2012, Contrato de Abertura de Crédito BB Giro Recebíveis nº 303.205.200, vencível em 03/12/2012, destinado à liberação de capital de giro no valor de R$ 700.000,00 e a liberação do crédito se deu por meio de assinatura do devedor e seus fiadores no contrato de abertura de crédito - BB Giro Recebíveis, no valor de R$ 700.000,00. O autor alega que em 01/01/2013, a empresa ré cessou o pagamento do débito, ocorrendo o vencimento antecipado/extraordinário da operação, em razão da inadimplência e, em decorrência do atraso no pagamento do débito, a dívida atual atinge o montante de R$ 1.130.393,05. Alega o autor que os demais integrantes do polo passivo o fazem na condição de fiadores, conforme se verifica na cláusula fiança, bem como nas assinaturas do contrato. O autor alega, ainda, que depois de reiteradas tentativas de composição extrajudicial, não restou alternativa senão a busca pelo pálio do Poder Jurisdicional. Deu-se à causa o valor de R$ 1.130.393,05. Estando os réus VK MINAS LTDA - ME, CNPJ 00.903.505/0001-66, REMIO MARCIO ALVES LEITE, CPF 060.003.088-17 e MARIA CRISTINA CORVINO DA PAIXAO LEITE, CPF 048.031.068-86 em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação dos mesmos, para querendo, no prazo de 15 dias, contestar a ação, sob pena de revelia. No caso de revelia dos Réus será nomeado Curador Especial. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 24 de maio de 2024. K-20/07

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, PERMANENTE

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais- SITICOP-MG, CNPJ 38.736.377/0001-86, que representa os trabalhadores nas indústrias da construção pesada em Minas Gerais, somando as representações conforme as decisões transitadas em julgado, dos processos de números, 00996-2010-000-03-00-7- DC, TRT- 00621-2012-074-03-00-5-RO, e Acordos Judiciais, mediações, auto composição e etc.., no território de Minas Gerais, sem exceção de nenhum município para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada de FORMA INTINERANTE nas obras e regiões do estado a partir do dia 24/07/2024 para propor pauta de reivindicações, autorizações e aprovação, sendo a assembleia de consulta de filiados via internet, WhatsApp e tele consultas. Realização da assembleia final para consolidação da pauta no dia 28/07/2024 na sede do sindicato, situada na Avenida Gal. Olímpio Mourão Filho, 233 – Bairro Planalto – Belo Horizonte –MG quando serão consolidadas todas as reivindicações que comporão a pauta para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 da categoria, as 7:30 horas em 1ª. (primeira) convocação com o número estatutário de presentes e não alcançando o quorum necessário e às 8:30 em 2ª. (segunda) convocação, com qualquer número de presentes, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade; Para discutir e deliberar os seguintes pontos: 1º- Discussão e aprovação dos itens que comporão a pauta de reivindicação da categoria para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025. 2º- Autorização para a Diretoria do SITICOP-MG, negociar, firmar e assinar as Convenções Coletivas de Trabalho com o sindicato patronal, incluindo consultas via web e WhatsApp: Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais – SICEPOT-MG. 3º- Autorização para a Diretoria do SITICOP-MG, em caso de impasse na negociação, impetrar dissídio coletivo de natureza social ou econômica, decretar greve parcial por outros tipos de obras e/ou geral e tomar quaisquer medidas cabíveis ao assunto sem a necessidade de nova assembléia para deliberação sobre eventual movimento a ser deflagrado; 4º- Autorizar a Diretoria do SITICOP/MG a negociar, firmar e assinar Acordos Coletivos de Trabalho com as empresas do segmento econômico da construção pesada, no período de 01/11/2024 a 31/10/2025, incluindo cláusulas relativas à COVID 19 e a proteção da saúde e segurança da categoria, podendo os referidos acordos terem prazos de validade diferentes do das Convenções Coletivas de Trabalho; 5º- Discutir autorização para a contribuição social associativa, confederativa e contribuição negocial na remuneração dos trabalhadores da categoria para garantir programas sociais como Câmara de Conciliação, e outras formas de financiamento do SITICOP-MG mediante contribuições, qualificação, e o apoio aos desempregados e de cidadania em geral e autorização para realização de convênios públicos e privados visando a proteção da categoria, garantindo o direito de oposição; 6 º- Autorizar a diretoria entrar com ações coletivas por empresa no sentido de exigir das empresas o cumprimento das clausulas das convenções anteriores, das leis em vigor, cotas de deficiente e de menores aprendizes e igualdade salarial e ainda das questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho notadamente periculosidade nas Barragens, insalubridade, alimentação e excesso de jornada de trabalho garantindo assim o direito dos trabalhadores. 7º-Autorizar Assembléia Permanente do sindicato, e consultas via web ou WhatsApp, durante a vigência das negociações coletivas. 8º. Assuntos gerais.

Belo Horizonte, 19 de julho de 2024.
José Antônio da Cruz - Presidente

bevap bioenergia

Bioenergética Vale do Paracatu S.A.

CNPJ/MF nº 08.793.343/0001-62

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	257.579	206.601	257.579	206.601
Aplicações financeiras	18.385	19.220	18.385	19.220
Contas a receber de clientes	27.700	17.212	27.700	17.212
Tributos a recuperar	66.979	63.715	67.011	63.747
Estoques	133.910	129.537	133.910	129.537
Instrumentos financeiros derivativos Ativo	10.501	6.206	10.501	6.206
Ativo biológicos	194.982	169.423	194.982	169.423
Adiantamentos a fornecedores	20.796	19.068	20.805	19.077
Outros créditos CP	1.417	1.400	1.454	1.437
Total ativo circulante	**732.249**	**632.382**	**732.327**	**632.460**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras LP	17.772	16.023	17.772	16.023
Adiant. a fornecedores LP	17.657	–	17.657	–
Instrumentos financeiros derivativos Ativo LP	3.630	1.935	3.630	1.935
Tributos a recuperar LP	13.645	15.724	13.645	15.724
Tributos diferidos	270.094	274.546	270.094	274.546
Partes relacionadas Ativo	83	530	83	530
Outros créditos LP	3.232	3.035	3.232	3.035
	326.113	311.793	326.113	311.793
Imobilizado	992.015	1.002.169	992.015	1.002.169
Intangível	2.587	2.927	2.587	2.927
	994.602	1.005.096	994.602	1.005.096
Total ativo não circulante	**1.320.715**	**1.316.889**	**1.320.715**	**1.316.889**
Total do ativo	**2.052.964**	**1.949.271**	**2.053.042**	**1.949.349**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	206.035	215.903	206.035	215.903
Instrumentos financeiros derivativos	26.001	24.022	26.001	24.022
Fornecedores	69.189	82.707	69.198	82.724
Salários e encargos sociais	19.532	20.237	19.537	20.242
Obrigações tributárias	8.339	12.021	8.340	12.023
Adiantamentos de clientes	51.434	55.165	51.443	55.174
Compromissos com contratos de energia	15.932	–	15.932	–
Passivos de arrendamento	44.732	42.281	44.732	42.281
Outras contas a pagar	7.191	7.192	7.190	7.192
Total do passivo circulante	**448.385**	**459.528**	**448.408**	**459.561**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	574.318	513.955	574.318	513.955
Instrumentos financeiros derivativos passivo	4.293	9.700	4.293	9.700
Obrigações tributárias	3.432	472	3.432	472
Adiantamentos de clientes	141.744	129.681	141.744	129.681
Compromissos com contratos de energia	7.999	10.134	7.999	10.134
Provisão para riscos	7.125	2.981	7.197	3.053
Partes relacionadas Passivo	36.153	80.060	36.153	80.060
Provisão p/ perda com investimento	17	27	–	–
Passivos de arrendamento	164.759	169.275	164.759	169.275
Total do passivo não circulante	**939.840**	**916.285**	**939.895**	**916.330**
Total do passivo	**1.388.225**	**1.375.813**	**1.388.303**	**1.375.891**
Patrimônio líquido				
Capital social	1.259.211	1.259.211	1.259.211	1.259.211
Prejuizos Acumulados	(594.472)	(685.753)	(594.472)	(685.753)
Total do patrimônio líquido	**664.739**	**573.458**	**664.739**	**573.458**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.052.964**	**1.949.271**	**2.053.042**	**1.949.349**

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de Março 2024 e Março de 2023
Em milhares de reais (exceto lucro/ prejuízo por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
	(12 meses)	(15 meses)	(12 meses)	(15 meses)
Lucro líquido do exercício	**91.281**	**127.631**	**91.281**	**127.631**
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**91.281**	**127.631**	**91.281**	**127.631**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de Março de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**1.259.211**	**(813.384)**	**445.827**
Lucro líquido do exercício	–	127.631	127.631
Em 31 de março de 2023	**1.259.211**	**(685.753)**	**573.458**
Lucro líquido do exercício	–	91.281	91.281
Em 31 de março de 2024	**1.259.211**	**(594.472)**	**664.739**

Newton Cesar Retamero Santana
Diretor Presidente
Marcos Paulo Carvalho
Diretor Controladoria Financeira
Wagner Rogério da Silva Filho
Contador CRC-SP 327.239/O-7

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de Março 2024 e 31 de Março de 2023
Em milhares de reais (exceto lucro/ prejuízo por ação)

	Controladora			Consolidado
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
	(12 meses)	(15 meses)	(12 meses)	(15 meses)
Receitas líquidas	875.266	897.121	875.266	897.121
Variação do valor justo ativo biológico	68.986	64.430	68.986	64.430
Custos dos produtos vendidos	(519.761)	(561.167)	(519.761)	(561.167)
Lucro bruto	**424.491**	**400.384**	**424.491**	**400.384**
Receitas (despesas)				
Despesas comerciais	(54.137)	(33.188)	(54.137)	(33.188)
Despesas administrativas e gerais	(56.170)	(65.090)	(56.250)	(65.146)
Outras receitas (despesas)	(1.083)	37.711	(1.083)	37.710
Resultado de participação em controladas	(81)	(59)	–	–
Lucro operacional	**313.020**	**339.758**	**313.021**	**339.760**
Resultado financeiro líquido	(192.570)	(177.376)	(192.572)	(177.378)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**120.449**	**162.382**	**120.449**	**162.382**
IRPJ e CSLL – correntes	(28.596)	(14.872)	(28.596)	(14.872)
IRPJ e CSLL – diferidos	(572)	(19.879)	(572)	(19.879)
Lucro líquido do exercício	**91.281**	**127.631**	**91.281**	**127.631**
Lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações – em Reais			**0,0142**	**0,0198**

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
	(12 meses)	(15 meses)	(12 meses)	(15 meses)
Lucro antes do IRPJ/CSLL	120.449	162.382	120.449	162.382
Ajustes:				
Depreciações e amortizações	120.223	127.907	120.223	127.907
Encargos financeiros s/ empréstimos, financiamentos e compromissos	114.007	121.175	114.007	121.175
Variação cambial	(3.726)	(2.545)	(3.726)	(2.545)
Efeito de modificação substancial em empréstimos renegociados	–	(11.682)	–	(11.682)
Baixas do imobilizado	4.185	7.126	4.185	7.126
Encargos financeiros sobre arrendamento	23.237	23.930	23.237	23.930
Conting. p/ demandas judiciais	4.144	(140)	4.144	(141)
Ajuste valor justo – ativo biológico	(68.986)	(64.430)	(68.986)	(64.430)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(8.296)	16.664	(8.296)	16.664
Resultado de Equiv. Patrimonial	81	59	–	–
Contas a receber de clientes	(10.488)	10.724	(10.488)	10.724
Aplicações financeiras	(914)	(26.569)	(914)	(26.569)
Tributos a recuperar	(1.185)	(30.417)	(1.185)	(30.418)
Estoques	(4.373)	1.874	(4.373)	1.874
Ativo biológico	43.427	87.368	43.427	87.368
Adiant. a fornecedores	(19.385)	(1.281)	(19.385)	(1.281)
Outros créditos	(214)	(2.532)	(214)	(2.533)
Fornecedores	(13.518)	(31.787)	(13.526)	(31.781)
Salários e encargos sociais	(705)	6.535	(705)	6.535
Obrigações tributárias	(25.438)	(25.441)	(25.439)	(25.439)
Adiantamentos de clientes	8.332	150.541	8.332	150.541
Instrum. financeiros derivativos	(1.122)	(958)	(1.122)	(958)
Outras contas a pagar	(1)	327	(2)	327
	279.734	**518.830**	**279.643**	**518.776**
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – juros	(105.662)	(128.973)	(105.662)	(128.973)
Pagamento passivo de arrendamento – juros	(23.237)	(20.205)	(23.237)	(20.205)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**150.835**	**369.652**	**150.744**	**369.598**
Adições do imobilizado	(89.652)	(91.077)	(89.652)	(91.077)
Adições e baixas do intangível	340	(1.019)	340	(1.019)
Caixa líquido aplicado nas ativid. de investimento	**(89.312)**	**(92.096)**	**(89.312)**	**(92.096)**
Captação de empréstimos e financiamentos	341.106	416.630	341.106	416.630
Captação de compromissos com contratos de energia	10.001	10.000	10.001	10.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(291.434)	(402.954)	(291.434)	(402.954)
Pagamento de arrendamento	(26.667)	(92.779)	(26.667)	(92.779)
Partes relacionadas ativo/passivo	(43.551)	(55.728)	(43.460)	(55.678)
Caixa líquido aplicado nas ativid. de financiamento	**(10.545)**	**(124.831)**	**(10.454)**	**(124.780)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**50.978**	**152.725**	**50.978**	**152.722**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	206.601	53.876	206.601	53.879
No final do exercício	257.579	206.601	257.579	206.601
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**50.978**	**152.725**	**50.978**	**152.722**

As notas explicativas estão arquivadas na sede da Companhia

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, PERMANENTE

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais- SITICOP-MG, CNPJ 38.736.377/0001-86, que representa os trabalhadores nas indústrias da construção pesada, somando as representações conforme as decisões transitadas em julgado, dos processos de números, 00996-2010-000-03-00-7- DC, TRT- 00621-2012-074-03-00-5-RO, e Acordos Judiciais, mediações, auto composição e etc.., no território de Minas Gerais, sem exceção de nenhum município para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada de FORMA INTINERANTE nas obras e regiões do estado a partir do dia 24/07/2024 para propor pauta de reivindicações, autorizações e aprovação, sendo a assembleia de consulta de filiados via internet, WhatsApp e tele consultas. Realização da assembleia final para consolidação da pauta no dia 28/07/2024 na sede do sindicato, situada na Avenida Gal. Olímpio Mourão Filho, 233 – Bairro Planalto – Belo Horizonte –MG quando serão consolidadas todas as reivindicações que comporão a pauta para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, ou 2024/2026 da categoria, as 7:30 horas em 1ª. (primeira) convocação com o número estatutário de presentes e não alcançando o quorum necessário e às 8:30 em 2ª. (segunda) convocação, com qualquer número de presentes, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade; Para discutir e deliberar os seguintes pontos: 1º- Discussão e aprovação dos itens que comporão a pauta de reivindicação da categoria para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, ou 2024/2026; 2º- Autorização para a Diretoria do SITICOP-MG, negociar, firmar e assinar as Convenções Coletivas de Trabalho com os sindicatos patronais, incluindo consultas via web e WhatsApp: Sindicato da Arquitetura e da Engenharia – SINAENCO-MG, Sindicato das empresas de Terceirizações SINSERTH assim como o Sindicato Nacional das Concessionárias de Rodovias, Vias Urbanas, Pontes e Túneis – SINCROD. 3º- Autorização para a Diretoria do SITICOP-MG, em caso de impasse na negociação com qualquer dos sindicatos patronais e as empresas, impetrar dissídio coletivo de natureza social ou econômica, decretar greve parcial por outros tipos de obras e/ou geral e tomar quaisquer medidas cabíveis ao assunto sem a necessidade de nova assembléia para deliberação sobre eventual movimento a ser deflagrado; 4º- Autorizar a Diretoria do SITICOP/MG a negociar, firmar e assinar Acordos Coletivos de Trabalho com as empresas do segmento econômico da construção pesada, construção industrial e infraestrutura de Minas Gerais, Engenharia Consultiva e Concessões Públicas e de Estradas, no período da data de 01/11/2024 a 31/10/2025, incluindo cláusulas relativas a COVID 19 e a proteção da saúde e segurança da categoria, podendo os referidos acordos ter prazos de validade diferentes do das Convenções Coletivas de Trabalho; 5º- Discutir autorização para a contribuição social associativa, confederativa e contribuição negocial na remuneração dos trabalhadores da categoria para garantir programas sociais como Câmara de Conciliação, e outras formas de financiamento do SITICOP-MG mediante contribuições, qualificação, e o apoio aos desempregados e de cidadania em geral e autorização para realização de convênios públicos e privados visando a proteção da categoria, garantindo o Direito de oposição; 6 º- Autorizar a diretoria entrar com ações coletivas por empresa no sentido de exigir das empresas o cumprimento das clausulas das convenções anteriores, das leis em vigor, cotas de deficiente e de menores aprendizes e igualdade salarial e ainda das questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho notadamente periculosidade nas Barragens, insalubridade, alimentação e excesso de jornada de trabalho garantindo assim o direito dos trabalhadores. 7º- Autorizar Assembléia Permanente do sindicato, e consultas via web e WhatsApp durante a vigência das negociações coletivas. 8º. Assuntos gerais. Belo Horizonte, 19 de julho de 2024.

José Antônio da Cruz - Presidente

Vale ganha mais prazo para investimentos na EFVM

FERROVIAS **ANTT ampliou em um ano período para o cumprimento de obrigações financeiras previstas em renovação de contrato**

MARCO AURÉLIO NEVES

A Vale terá mais um ano para cumprir as obrigações não financeiras das renovações contratuais de suas ferrovias, entre elas a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), após aprovação da ampliação do prazo pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A mineradora afirmou que vai informar qualquer compromisso relevante assumido nas negociações com o Ministério dos Transportes para a renovação da concessão da ferrovia.

A Lei 14.273, sancionada em 2021, chamada de Lei de Ferrovias, determina que, por conta dos efeitos da pandemia de Covid-19, a ANTT deve ampliar em 12 meses o prazo para realização dos investimentos previstos na renovação das ferrovias. A diretoria da ANTT acompanhou por unanimidade o parecer do diretor Felipe Queiroz pela obrigatoriedade da agência em ampliar o prazo.

Os diretores também acataram a proposta do diretor-geral da agência, Rafael Vitale, para que as deliberações dos processos da EFVM e da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que passa pelos estados do Maranhão e do Pará, fossem feitas de forma separada.

A agência também ampliou até 2028 o prazo final para que a Vale alcance o valor mínimo de 80% dos investimentos totais da concessão. Caso o prazo anterior – até 2027 – não fosse cumprido, a União poderia retomar a concessão. Também foi ampliado, de 2025 para 2026, o período para iniciar a avaliação de descumprimento.

As concessões da EFVM e EFC foram renovadas em 2020 por mais 30 anos, contados a partir de 2027. Em janeiro deste ano, o Ministério dos Transportes notificou a mineradora com uma cobrança de R$ 25,7 bilhões referentes a outorgas não pagas.

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), se manifestou publicamente na época contrário ao cálculo sobre ativos não amortizados das ferrovias, na renovação da concessão, durante o governo Bolsonaro (PL), considerados prejudiciais à União, que teria feito com que a outorga paga pela Vale nas renovações ficasse abaixo do devido.

"A Vale declarou seguir em discussões com o Ministério dos Transportes sobre condições gerais para otimizar planos de investimentos "

Vale terá até 2028 para concluir 80% dos investimentos previstos na Estrada de Ferro Vitória a Minas FOTO: MÁRCIA FOLETTO / VALE

Otimização - Em nota, a Vale declarou seguir em discussões com o Ministério dos Transportes sobre condições gerais para otimizar planos de investimentos da concessão da EFVM. Ela afirmou que os planos são regularmente executados pela empresa nos termos estabelecidos no contrato.

A mineradora disse ainda que "manterá o mercado atualizado sobre qualquer compromisso relevante assumido no âmbito das negociações, em linha com a legislação aplicável".

BARRAGENS

AngloGold Ashanti assina acordo com o MPMG

KLAUCIUS RICARDO*

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a AngloGold Ashanti assinaram um Termo de Compromisso, na quinta-feira (18), que estabelece a responsabilidade da mineradora para implementar ações preventivas e de transparência ligadas às barragens de rejeitos Cocuruto, Calcinados e Rapaunha, do Complexo de Queiroz, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Segundo o documento, a empresa deverá realizar o processo de descaracterização das três barragens, de acordo com o prazo definido nos projetos. Durante as obras necessárias, a AngloGold deve prevenir riscos para o meio ambiente e a população, manter entidades públicas e moradores informados sobre a segurança, além de apresentar os planos para os órgãos nos seguintes prazos:Calcinados – em 90 dias; Cocuruto – em 24 meses (dois anos); e Rapaunha – em 24 meses.

O acordo também prevê a destinação de R$ 3 milhões pela mineradora para serem usados em iniciativas socioambientais, de conservação e reparação do meio ambiente em Nova Lima.

"A sociedade ganha, o setor empresarial ganha, a mineração ganha com esforços que visem o crescimento, o respeito ao meio ambiente, que, ao final, diz respeito à sobrevivência e ao futuro", afirmou a promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Nova Lima, Cláudia de Oliveira Ignez.

O vice-presidente sênior de América Latina da AngloGold Ashanti, Marcelo Pereira, reforçou o comprometimento da empresa com as leis vigentes. "Temos adaptabilidade para nos adequar às mudanças que a legislação traz e buscar as soluções necessárias", disse. **(Com informações do MPMG) *Estagiário sob supervisão da edição**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

EDITAL

11ª VARA CÍVEL DE BELO HORIZONTE – Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, Processo eletrônico número 5046700-05.2021.8.13.0024, proposta por COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIFIEMG LTDA – SICOOB CREDIFIEMG, CNPJ 07.469.260/0001-50 em face de EDILSON HILÁRIO DA SILVA JÚNIOR, CPF 703.470.166-00 em que a exequente alega que utilizando da prestação de serviços da exequente, a parte executada emitiu a Cédula de Crédito Bancário – CCB nº 118868, em 05/05/2020, no valor original de R$ 8.223,00. Ocorre que, não obstante a clareza da disposição da cédula, em especial quanto ao pagamento do débito, a executada deixou de honrar com a obrigação assumida, e não efetuou o pagamento dos valores devidos. Constatada a inadimplência contratual a parte exequente tentou por diversas vezes receber a quantia devida de forma amigável, mas não obteve êxito no intento. Deu-se a causa o valor de R$ 8.615,07. Estando o executado EDILSON HILÁRIO DA SILVA JÚNIOR, CPF 703.470.166-00 em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação do mesmo para pagar o débito no prazo de 3 (três) dias. Foram fixados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução, fica advertido de que, se houver pagamento em 03 dias, os honorários advocatícios fixados serão reduzidos para metade, nos termos do art. 827, do § 1º, do CPC. No caso de revelia do Réu será nomeado Curador Especial. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 24 de maio de 2024. A Escrivã: Giselle Aline Barbosa

EDITAL

SECRETARIA DO JUÍZO DA 2a VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITUIUTABA. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 30 DIAS. O Dr. Antônio Félix do Santos, MM. Juiz de Direito da 2a Vara Cível desta Comarca de Ituiutaba-MG, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramitam os termos da monitória, autos no 5005656-18.2020.8.13.0342, requerida por COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS VINCULADOS A FIEMG LTDA em desfavor de LIDYANNE ROCHA CHAVES por este meio e na melhor forma de direito, CITA a ré LIDYANNE ROCHA CHAVES, brasileira, CPF no 829.270.652-68, filha de Ivette Rocha dos Santos, nascida em 26/08/1984, atualmente em lugar incerto e não sabido por todos os termos da presente ação, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da importância de R$ 25.021,61 (Vinte e cinco mil e vinte e um reais e sessenta e um centavos) em 21/12/2020 ou a entrega da coisa, se for o caso, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. Fica a parte advertida de que não sendo embargada a ação ou rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o Título Executivo Judicial, convertendo-se este em Mandado Executivo, prosseguindo-se na forma prevista no Livro I, Título VIII, Capítulo X do Código de Processo Civil. E para que chegue ao conhecimento geral, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. DADO e passado nesta Comarca de Ituiutaba, Quarta-feira, 15 de julho de 2022. Eu, Eliene Carvalho Sousa, Oficiala Judiciária da 2a Vara Cível, digitei e subscrevi. (a) Antônio Félix dos Santos, Juiz de Direito 2a Vara Cível.

enervale Bioenergética

Central Bioenergética Enervale S.A.

CNPJ/MF nº 10.511.512/0001-76

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	40	149
Tributos a recuperar	76	8
Adiantamentos a fornecedores	13	11
Total ativo circulante	**129**	**168**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	759	3.786
Partes relacionadas	48.360	51.483
	49.119	**55.269**
Imobilizado	693	1.379
Intangível	–	12
	693	**1.391**
Total ativo não circulante	**49.812**	**56.660**
Total do ativo	**49.941**	**56.828**

Passivo e patrimonio líquido	2024	2023
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	2.711	900
Fornecedores	1	42
Salários e encargos sociais	44	60
Obrigações tributárias	345	532
Adiantamentos de clientes	87	82
Instrumentos financeiros derivativos	1.516	1.366
Passivo arrendamento	–	234
Dividendos a pagar	2.295	2.747
Total do passivo circulante	**6.999**	**5.963**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	6.165	8.793
Provisão para riscos	1.305	3.356
Obrigações Tributárias	1.518	972
Total do passivo não circulante	**8.988**	**13.121**
Total do passivo	**15.987**	**19.084**
Patrimônio líquido		
Capital social	17	17
Reserva legal	4	4
Reserva de retenção de lucros	33.933	37.723
Total do patrimônio líquido	**33.954**	**37.744**
Total do passivo e patrimônio líquido	**49.941**	**56.828**

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de Março 2024 e 31 de Março 2023
Em milhares de reais (exceto lucro/ prejuízo por ação)

	2024 (12 meses)	2023 (15 meses)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(3.790)**	**15.519**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(3.790)**	**15.519**

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 31 de março de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024 (12 meses)	2023 (15 meses)
Lucro (prejuizo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.233)	16.813
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	665	3.594
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	1.549	2.838
Encargos financeiros sobre impostos	546	593
Resultado c/ instrumentos financeiros derivativos	150	1.366
Baixas do imobilizado	33	1
Encargos financeiros sobre arrendamento	–	304
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	–	1.698
Tributos a recuperar	(68)	32
Depósitos judiciais	3.027	(3.786)
Adiantamentos a fornecedores	(2)	–
Acréscimo (decréscimo) em passivos		
Fornecedores	(41)	(1)
Provisões para contingências	(2.051)	3.356
Salários e encargos sociais	(16)	5
Obrigações tributárias	(173)	(705)
Adiantamentos de clientes	5	(15.122)
Outros	(234)	–
Caixa gerado pelas nas operações	157	10.986
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – juros	(1.581)	(2.769)
Pagamento passivo de arrendamento – juros	–	(304)
Imposto de renda e contribuição social	(571)	(1.645)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.995)	6.268
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas – *Cash pooling*	3.123	33.093
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	3.123	33.093
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(785)	(5.225)
Pagamento de arrendamento	–	(3.052)
Pagamento de dividendos	(452)	(31.248)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.237)	(39.525)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(109)	(164)

Demonstrações do Resultado para os periodos findos em 31 de Março 2024 e 31 de Março 2023
Em milhares de reais (exceto lucro/ prejuízo por ação)

	2024 (12 meses)	2023 (15 meses)
Receitas líquidas	7.345	41.158
Custos dos produtos vendidos	(7.118)	(15.982)
Lucro bruto	**227**	**25.176**
Receitas (despesas)		
Despesas administrativas e gerais	(927)	(4.419)
Outras receitas (despesas), líquidas	(329)	26
Lucro (Prejuízo) operacional	**(1.029)**	**20.783**
Resultado financeiro líquido	(2.204)	(3.970)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.233)	16.813
Imposto de renda e contribuição social	(557)	(1.294)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(3.790)**	**15.519**
Lucro (Prejuízo) líquido, básico e diluído, por ações – em milhares de Reais	**(0,0502)**	**0,2057**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Março 2024 e 31 de Março 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva Legal	Reserva de lucros: Lucros a deliberar	Lucros Acumulados	Total
Em 31/12/2021	**17**	**4**	**26.084**		**26.105**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.519	15.519
Distribuição de dividendos	–	–	–	(3.880)	(3.880)
Transferência entre reservas	–	–	11.639	(11.639)	–
Saldos em 31/03/2023	**17**	**4**	**37.723**	–	**37.744**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.790)	(3.790)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros	–	–	(3.790)	3.790	–
Saldos em 31/03/2024	**17**	**4**	**33.933**	–	**33.954**

	2024 (12 meses)	2023 (15 meses)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	149	313
No final do exercício	40	149
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(109)	(164)

Newton Cesar Retamero Santana
Diretor Presidente
Marcos Paulo Carvalho
Diretor Controladoria Financeira
Wagner Rogério da Silva Filho – Contador CRC-SP 327.239/O-7

As notas explicativas estão arquivadas na sede da Companhia

FAEMG SENAR

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/ 1 vaga

EXCLUSIVO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADO INSS

Local de Trabalho: BH/MG

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais - SENAR AR/MG (Senar Minas), torna pública a abertura do processo seletivo para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/ EXCLUSIVO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU REABILITADO INSS - 1 vaga (BELO HORIZONTE), conforme previsto no **Anúncio de Vaga nº 13/2024.** As inscrições deverão ser realizadas através do cadastro de informações no site www.vagasdoagro.org.br, **de 22/07/2024 à 28/07/2024**. As informações sobre a vaga, requisitos e etapas do processo seletivo estão disponíveis no site vagas do Agro e no link: http://www.sistemafaemg.org.br/noticias/oportunidades-de-trabalho

WELLINGTON SILVA. LEILOEIRO OFICIAL faz saber que levará a leilão online dia 15/08/2024 a partir de 10 hs no site www.wsleiloes.com.br os bens inservíveis ao município de Barão de Cocais/MG. Leilão 002/2024. Inf: (31) 9 9728-3092.

COMARCA DE CONTAGEM - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS - Dr. Marcos Alberto Ferreira, MM. Juiz de Direito, da 6ª Vara Cível da Comarca de Contagem/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem ou tiverem conhecimento do presente edital que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tem seus trâmites legais a **ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária** autuado sob o nº 5009486-09.2021.8.13.0079 ajuizada por **BANCO ITAUCARD S.A.** - CNPJ: 17.192.451/0001-70 em face de WILLIAM FERNANDES CIPRIANO ALVES 33649761807 - CNPJ: 21.858.455/0001-12 expediu-se o presente edital através do qual **CITA WILLIAM FERNANDES CIPRIANO ALVES** 33649761807 - CNPJ: 21.858.455/0001-12 , apresentar defesa no prazo de quinze dias, e terá o prazo de cinco dias, a partir da execução da medida liminar, para querendo, pagar a integralidade da dívida pendente, hipótese em que será restituído o bem livre de ônus, nos termos doa rt. 3° do Decreto lei 911/69. Este edital será publicado e afixado na forma da lei. Contagem, 8 de julho de 2024. Eu, Clarissa Carneiro Desmots, Gerente de Secretaria, o digitei e assino. O MM. Juiz: Dr. Marcos Alberto Ferreira.

EDITAL COMARCA DE ITUIUTABA-MINAS GERAIS. SECRETARIA DO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO 30 DIAS. O Dr. Antônio Félix dos Santos, Juiz de Direito da Secretaria da 2ª Vara Cível desta Cidade e Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc…FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria tramitam os termos do PROCEDIMENTO COMUM, autos nº 5003321-93.2022.8.13.0342. proposta por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A em desfavor de MARCO AURELIO ALVES DE OLIVEIRA. E por este meio e na melhor forma de direito, CITA o requerido MARCO AURELIO ALVES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF nº 036.074.636-54, nascido em 03/04/1974, filho de Elba Alves Andre, atualmente em lugar incerto e não sabido, por todos os termos do pedido inicial, e para querendo, no prazo de quinze (15) dias apresentar defesa que tiver, acompanhando o feito em todos os seus termos, até final sentença, sob pena de revelia e que não sendo contestado, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, de acordo com os arts. 335, III e 344 do CPC. Fica a parte requerida advertida que em caso de revelia, será nomeado curador especial. E para que chegue ao conhecimento geral, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. DADO e passado nesta Comarca de Ituiutaba, 03 de abril de 2024. K-19e20/07

COMARCA DE BELO HORIZONTE - 3ª VARA CÍVEL Edital de Citação - Prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito Dr. Ronaldo Batista de Almeida, em pleno exercício do cargo e na forma da lei, etc... Faz saber aos que virem ou deste edital tiverem conhecimento, que perante este Juízo e Secretaria tramitam os autos do processo n° 0024.14.207.983-9 (OAB/MG 182.456), Ação de Execução de Título Extrajudicial, que o Banco Bradesco S.A, move contra E&E CHOPERIA LIDA - ME e ISAAC SOARES CORREA. É o presente edital para citar E&E CHOPERIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 11.769.113/0001-72 e ISAAC SOARES CORREA, CPF sob o n° 568.480.996-00, que se encontram em local incerto e não sabido, para no prazo de 03 (três) dias, efetuarem o pagamento da quantia de 98.975,74 (noventa e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), atualizado monetariamente a partir de 14/04/2018, até o efetivo pagamento, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas processuais, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito. Ciente de que, poderá opor-se à execução por meio embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. No caso de integral pagamento, no honorária será Prazo supracitado, a verba reduzida pela metade. Os (As) executados (as), comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderão requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) vezes na forma do artigo 916 do CPC. Ficam os devedores cientes de que, ficando os mesmos advertidos de que, em caso de revelia, ser-lhes-á nomeado curador especial (artigo 257, IV do NCPC). Para que chegue ao conhecimento os termos da ação, expediu o edital que será publicado no Diário Judiciário Eletrônico, em jornal de ampla circulação e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 22 de agosto de 2019. Eu, Luis Alexandre de Oliveira Vargas, escrivão judicial da 3ª Vara Cível o subscrevi, por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Ronaldo Batista de Almeida. K-19e20/07

POLÍTICA

MG vai ao STF para alongar dívida

RECUPERAÇÃO FISCAL Governo Zema entrou com um pedido de liminar para ganhar mais prazo para iniciar os pagamentos do débito com a União

MARCO AURÉLIO NEVES

O governo de Minas Gerais pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira (19), mais uma prorrogação do prazo para pagamento da dívida do Estado com a União, hoje na casa dos R$ 165 bilhões. O pedido é para que o prazo seja estendido até 28 de agosto, dia que inicia o julgamento no Supremo sobre a dívida mineira com o governo federal.

A ação vem após o ministro Edson Fachin conceder decisão liminar atendendo parcialmente ao pedido do governo estadual para prorrogar o prazo até 1º de agosto.

Na petição endereçada ao ministro Nunes Marques, a Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG) afirma que o pedido de extensão é uma matéria crucial para evitar a insegurança jurídica e que há risco de colapso do Estado se não for concedido prazo até que a finalização do julgamento.

A AGE citou como exemplos para nova extensão do prazo a manifestação da Procuradoria-geral da República (PGR), parcialmente favorável à prorrogação em manifestação pedida pelo ministro Fachin.

Além disso, também citou a posição do Senado Federal a favor da posição do governo estadual de pedir novo prazo de pagamento diante da iminência de tramitação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) no Congresso Nacional.

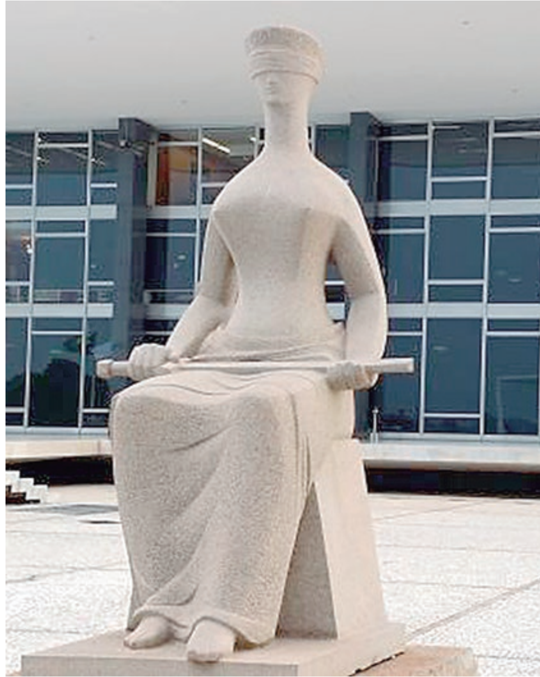
A AGE declarou que é "fácil identificar a evidente insegurança jurídica e o notório risco de dano irreparável a Minas Gerais" com a não extensão da medida cautelar de 1º de agosto até o dia 28 do mesmo mês, "considerando a incerteza sobre as medidas que poderá tomar a União sobre a dívida mineira".

O governo de Minas Gerais reafirmou no pedido que está disposto a uma conciliação e equalização dos pedidos da Advocacia-Geral da União (AGU) e reforçou a proposta de conciliação com a designação de audiência para autocomposição.

"A ação vem após o ministro Edson Fachin conceder decisão liminar atendendo parcialmente ao pedido do governo estadual para prorrogar o prazo até 1º de agosto."

RRF – A petição é assinada também pelo presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tadeu Martins Leite (MDB). Nesta semana, a Casa decidiu por postergar até 1º de agosto a votação, em segundo turno, da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), uma vez que o ministro Edson Fachin atendeu parcialmente ao pedido de liminar do governo.

Porém, caso não tenha nenhuma movimentação do Supremo, o projeto poderá ser votado na Assembleia. O RRF é considerado por alguns especialistas e parlamentares ineficaz para resolver o problema da divida do Estado com a União.



Assinaram o pedido de liminar o governador e o presidente da ALMG FOTO: VALTER CAMPANATO / ABR



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Fundo acabará com guerra fiscal, segundo relator

MARCO AURÉLIO NEVES

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) vai permitir que estados ofereçam apoio orçamentário às empresas ao invés dos incentivos fiscais, afirmou Reginaldo Lopes (PT), relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) da Reforma Tributária.

A possibilidade surge como alternativa no âmbito do fim da guerra fiscal, após unificação e posterior extinção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS). Os dois comporão o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual da Reforma Tributária.

"No lugar do incentivo tributário, que foi ineficiente, que todo mundo perdeu, nós criamos o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com R$ 60 bilhões corrigidos pelo IPCA. Por ano, governadores terão R$ 60 bilhões para dar uniformidade a um país continental. Uniformidade rodoviária, portuária, porto, ferrovias, de telecomunicação", disse o petista, durante evento da Fiemg, em Belo Horizonte, nesta semana.

A partir de 2029, os estados poderão contar com recursos do FNDR, que contará com aportes financeiros anuais da União, com aumento progressivo até alcançar R$ 60 bilhões em 2043, quando o aporte nessa quantidade será anual.

Os recursos do FNDR também podem ajudar a evitar o deslocamento de capital pelo País, já que, com o fim dos incentivos fiscais, empresas que poderiam desistir de investimentos na produção em locais afastados dos centros econômicos nacionais, podem ser atraídas pela oferta de empréstimos dos estados.

"Até mesmo se for desejo de um governador dar apoio orçamentário às empresas. O mundo dá apoio orçamentário. É com transparência", explica o parlamentar.

CARMEUSE BRASIL SOLUCOES QUIMICAS S/A

CNPJ: 19.281.807/0034-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários. A DIRETORIA

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro - *Em reais (R$)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.671.794	2.040.474
Contas a receber	19.808.167	18.421.613
Estoques	9.484.432	4.748.721
Tributos e contribuições a recuperar	4.314.398	2.543.641
Adiantamento a funcionários	19.620	16.381
Adiantamento a fornecedores	4.485.196	360.556
Despesas antecipadas	85.770	61.700
Outros créditos	-	25.500
Aquisições a ser entregues	1.494.144	729.114
Projetos em Andamento	2.431.850	1.540.237
	47.795.372	**30.487.937**
Não circulante		
Partes relacionadas	154.137	124.576
Despesas antecipadas L.P	50.814	76.182
Impostos diferidos	739.320	670.309
Tributos e contribuições a recuperar L.P	470	470
Investimentos	4.719.883	4.403.341
Imobilizado	72.114.736	56.125.048
Intangível	2.829.875	6.106.572
	80.609.235	**67.506.498**
Total do ativo	**128.404.607**	**97.994.435**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	6.033.106	-
Fornecedores	12.967.275	15.253.308
Numerários em trânsito	-	4.072
Obrigações tributárias e fiscais	6.034.363	4.216.962
Obrigacoes sociais e trabalhistas	3.123.119	1.806.796
Adiantamento de clientes	18.153	9.143
Outras contas a pagar	291.847	191.144
Dividendos/ Lucros e Participacoes	2.334.047	1.971.498
	30.801.910	**23.452.925**
Patrimônio líquido		
Capital social	38.012.993	38.012.993
Reserva de capital	15.935.487	15.935.487
Lucros acumulados	43.654.217	20.593.030
	97.602.697	**74.541.510**
Total do passivo e patrimônio líquido	**128.404.607**	**97.994.435**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro - *Em reais (R$)*

	Capital social	Reserva de capital	Lucros/ prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**38.012.993**	**15.935.487**	**(1.078.898)**	**52.869.582**
Resultado do Exercício	-	-	21.671.928	21.671.928
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.012.993**	**15.935.487**	**20.593.030**	**74.541.510**
Resultado do Exercício	-	-	23.061.187	23.061.187
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.012.993**	**15.935.487**	**43.654.217**	**97.602.697**

Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro - *Em reais (R$)*

	2023	2022
Receita líquida	**146.919.319**	**128.508.380**
(-) Custo de mercadorias vendidas	(78.243.661)	(70.785.297)
(=) Lucro bruto	**68.675.658**	**57.723.083**
(+/-) Despesas/receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(32.284.698)	(24.950.226)
Despesas tributárias	(199.136)	(151.335)
Outras receitas e despesas operacionais	(523.566)	(196.557)
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	**35.668.257**	**32.424.965**
Despesas financeiras	(1.405.330)	(428.106)
Receitas financeiras	842.937	599.853
(=) Resultado financeiro líquido	**(562.393)**	**171.747**
(=) Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**35.105.864**	**32.596.712**
Imposto de renda e contribuição social	(12.113.688)	(11.595.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.011	670.309
(=) Lucro (prejuízo) do exercício	**23.061.187**	**21.671.928**

Carlos Eduardo Avelar Batista
Diretor

Julian Clemente
Contador - CRC: 1SP 197.232/O-6

LF CURVELO LTDA.

CNPJ/ME nº 11.462.960/0001-90 NIRE 31214453478

23ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular, **LIASA FLORESTAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.,** estabelecida na Rua Matias Cardoso, nº 169, Sala 802, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.170-050, inscrita no CNPJ/ME sob nº 48.493.741/0001-88, neste ato devidamente representada por seus administradores **Marcos Caram Patrus**, brasileiro, casado, engenheiro, documento de identidade n.º M-99.620, SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 198.630.396-91 e **Fernando Caram Patrus**, brasileiro, divorciado, engenheiro, C.I. n.º M-99.623 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 525.876.906-25, na qualidade de única sócia da **LF CURVELO LTDA,** sociedade limitada com sede na Rua Matias Cardoso, 169 – 8º Andar, Sala 807, Bairro Santo Agostinho, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.170-050, inscrita no CNPJ/ME sob nº 11.462.960/0001-90 e registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 31214453478 (Sociedade") resolve alterar, reformular e consolidar o contrato social da Sociedade, nos termos das cláusulas a seguir: 1. **REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL** - 1.1. Diante do excesso de Capital Social em relação ao objeto social e às atividades desempenhadas pela Sociedade, fica deliberada sua redução em R$ 10.056.215,00 (dez milhões, cinquenta e seis mil, duzentos e quinze reais), nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, com o cancelamento de 10.056.215 (dez milhões, cinquenta e seis mil, duzentas e quinze) quotas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, mediante restituição do valor, em moeda corrente nacional exclusivamente à acionista LIASA FLORESTAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA., independentemente da forma da composição do capital social à época de seu pagamento. 1.2. Por conta da deliberação acima, o capital social da Companhia passará dos **atuais** R$ 77.761.205,00 (setenta e sete milhões, setecentos e sessenta e um mil, duzentos e cinco reais), dividido em 77.761.205 (setenta e sete milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e cinco) quotas, de R$ 1,00 (um real) cada uma **para** R$ 67.704.990,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e noventa reais) dividido em 67.704.990 (sessenta e sete milhões, setecentas e quatro mil, novecentas e noventa) quotas, de R$ 1,00 (um real) cada, tendo a quotista aprovado a alteração do *caput* da Cláusula 5ª do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: "***Cláusula 5**. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 67.704.990,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e noventa reais) dividido em 67.704.990 (sessenta e sete milhões, setecentas e quatro mil, novecentas e noventa) quotas, de R$ 1,00 (um real) cada, todas de titularidade da Sócia LIASA FLORESTAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. §1º A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas no capital social, porém todos respondem solidariamente pela sua integralização. §2º A Sociedade reconhece um só proprietário para cada quota, e a cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais.*" 2. **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** - 2.1. Finalmente, decide a sócia não só alterar a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, mas também consolidá-lo, o qual, após devidamente alterado e consolidado, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**CONTRATO SOCIAL DA LF CURVELO LTDA. DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE - Cláusula 1**. A Sociedade tem a denominação de LF Curvelo Ltda. **Cláusula 2**. A Sociedade tem sede na Rua Matias Cardoso, 169 – 8º Andar, Sala 807, Bairro Santo Agostinho, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.170-050. A Sociedade pode manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital, em reunião. **Parágrafo Único** A Sociedade possui uma filial localizada no Município de Grão Mogol, Estado de Minhas Gerais, na Rodovia MG-307, Km 1,5, s/n, Zona Rural, CEP 39570-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 11.462.960/0018-38 e NIRE 31.902.272.859. **OBJETO SOCIAL** - **Cláusula 3**. O objeto da Sociedade compreende: (a) cultivo de eucalipto (CNAE 0210-1/01); (b) cultivo de acácia negra (CNAE 0210-1/02); (c) cultivo de pinus (CNAE 0210-1/03); (d) cultivo de teca (CNAE 0210-10/04); (e) cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia negra, pinus e teca (CNAE 0210-1/05; (f) cultivo de mudas em viveiros florestais (CNAE 0210-1/06); (g) extração de madeira em florestas plantadas (CNAE 0210-1/07); (h) produção de carvão vegetal - florestas plantadas (CNAE 0210-1/08); (i) produção de produtos não madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas (CNAE 0210-1/99); (j) Atividades de apoio a produção florestal (CNAE 0230-6/00); (k) holding de instituições não financeiras (CNAE 6462-/00); (l) outras atividades de participações, exceto holding (CNAE 6463-8/00); (m) compra e venda de imóveis próprios (CNAE 6810-2/01); e (n) aluguel de imóveis próprios (CNAE 6810-2/02). **Parágrafo Único** – A Sociedade não desenvolve a atividade de corretagem de imóveis. A sede da Sociedade desenvolve apenas atividades listadas nos itens (k) a (n) acima. As atividades listadas nos itens (a) a (j) acima, são desenvolvidas exclusivamente pela filial da Sociedade. **DURAÇÃO** - **Cláusula 4**. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **CAPITAL SOCIAL** - **Cláusula 5**. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 67.704.990,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, novecentos e noventa reais) dividido em 67.704.990 (sessenta e sete milhões, setecentas e quatro mil, novecentas e noventa) quotas, de R$ 1,00 (um real) cada, todas de titularidade da Sócia **LIASA FLORESTAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA. §1º** A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas no capital social, porém todos respondem solidariamente pela sua integralização. **§2º** A Sociedade reconhece um só proprietário para cada quota, e a cada quota corresponderá um voto nas deliberações sociais. **ADMINISTRAÇÃO - Cláusula 6**. A Sociedade será administrada por 1(um) ou mais administradores, pessoas naturais, sócios ou não, residentes no Brasil e designados pela única sócia. Os Administradores terão amplos poderes para atuar, em conjunto ou individualmente, em nome da Sociedade e representá-la em todo e qualquer aspecto, estando investidos de toda a autoridade necessária à administração da Sociedade. A Sociedade é atualmente administrada pelo Sr. **Marcos Caram Patrus**, brasileiro, casado, engenheiro, documento de identidade n.º M-99.620, SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 198.630.396-91 e pelo Sr. **Fernando Caram Patrus**, brasileiro, divorciado, engenheiro, C.I. n.º M-99.623 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 525.876.906-25, ambos com endereço na Rua Matias Cardoso, nº 169 – 8º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-050. **§1°** Os Administradores da Sociedade poderão ser destituídos de seus cargos a qualquer momento, mediante resolução dos sócios representando mais da metade do capital social. **§2°** A prática dos atos abaixo pelos Administradores ou procuradores da Sociedade estará sujeita à aprovação prévia e por escrito, de sócio(s) representando a maioria do capital social, manifestada por qualquer meio escrito, incluindo correio eletrônico (e- mail), carta, resolução de sócios, fac-símile, ou qualquer outro instrumento: (i) emissão de notas promissórias, contratação de empréstimos e financiamentos ou dar ativos da Sociedade em penhor; (ii) comprar, vender, transferir ou dispor de quaisquer ativos da Sociedade com valor superior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (iii) assinar quaisquer contratos ou assumir obrigações financeira de qualquer natureza em valor que exceda R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto para assinatura de contratos de câmbio com finalidade de recebimento de remessa ara aumento do capital social da Sociedade ou de envio de remessa de recursos aos sócios, como pagamento de dividendos ou outra natureza; (iv) abertura de filiais, agências, escritórios ou depósitos; (v) exercício do direito de voto, em nome da Sociedade, em relação a outras sociedades da qual participe como sócia, quotista ou acionista, bem como onerar, transferir ou alienar tais participações; (vi) contratação de empregados; e (vii) celebração de acordo em qualquer ação ou processo administrativo ou judicial. **§3°** As procurações outorgadas em nome da Sociedade o serão sempre por Administrador ou Administradores, agindo em conjunto ou isoladamente, observadas as limitações do Parágrafo Segundo acima, e deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado. **§4°** Qualquer ato praticado por qualquer sócio, Administrador, procurador ou empregado da Sociedade que envolva obrigações ou responsabilidades estranhas ao objeto social, será considerado nulo e sem efeito em relação à Sociedade. **§5°** Os Administradores não responderão pessoalmente pelos atos praticados e relacionados à administração da Sociedade. Entretanto, serão pessoalmente responsáveis pelos atos praticados em desacordo com este Contrato Social ou à legislação aplicável. **DELIBERAÇÃO DE SÓCIOS - Cláusula 7**. As deliberações de sócios previstas em lei ou neste Contrato Social serão tomadas em reuniões de sócios, em alterações do Contrato Social ou outros atos de deliberação. **§1º** A reunião de sócios poderá ser dispensada nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a ela sujeita. **§2º** As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos do sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, nos casos em que não estiver expressamente previsto em lei ou neste Contrato Social maior quórum. **§3º** Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio ou por procurador devidamente constituído com poderes específicos. **§4º** Serão considerados presentes os sócios que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outra forma escrita. **Cláusula 8**. As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer administrador da Sociedade. As convocações serão feitas sempre por escrito, mediante carta registrada ou protocolada, com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, em segunda convocação, com 5 (cinco) dias de antecedência. **§1º** A convocação deverá especificar o dia, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia, e só sobre ela poderá haver deliberação, a menos que todos os sócios acordem diferentemente. **§2º** Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião. **Cláusula 9**. A reunião dos sócios instala-se coma presença, em primeira convocação, de titulares de, no mínimo, mais da metade do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número. **Cláusula 10**. As reuniões serão presididas por sócio, representante de sócio, administrador ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a escolha do secretário. **§1º** Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reunião, ata assinada pelos membros da mesa e pelos sócios presentes, quantas bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la. **§2º** Cópia da ata será apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis para arquivamento e averbação, nos termos da legislação aplicável. **§3º** A administração da Sociedade entregará cópia autenticada da ata ao sócio que a solicitar. **MODIFICAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL - Cláusula 11**. O presente Contrato Social poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por deliberação do sócio ou sócios que representem, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social, salvo nos casos de modificação do Contrato Social para refletir matérias cuja deliberação dependa de quórum especial previsto neste Contrato Social, hipótese em que prevalecerá o quórum especial, ainda que inferior ao quórum geral de ¾ (três quartos). **CESSÃO DE QUOTAS - Cláusula 12**. Nenhum dos sócios poderá ceder, transferir ou de qualquer forma onerar qualquer de suas quotas ou direitos a elas inerentes aos demais sócios ou a terceiros sem o prévio consentimento, por escrito, de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. **Parágrafo Único**. A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto à Sociedade e terceiros a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pelo sócio ou sócios anuentes. **EXCLUSÃO DE SÓCIO - Cláusula 13**. É permitida a exclusão de sócio por justa causa, desde que aprovada por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. **EXERCÍCIO SOCIAL - Cláusula 14**. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DESTINAÇÃO DE LUCROS - Cláusula 15**. Ao fim de cada exercício social os administradores farão elaborar o balanço patrimonial, a demonstração de resultado do exercício e as demais demonstrações contábeis exigidas em lei, de acordo com a legislação societária (Lei das Sociedades por Ações) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **§1º** As contas dos administradores e as demonstrações contábeis serão encaminhadas aos sócios ao término do exercício social e aprovadas por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. **§2º** A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros será aprovada por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Os sócios poderão aprovar a distribuição dos lucros líquidos de forma desproporcional entre eles. **§3º** Os sócios realizarão, ao menos uma vez ao ano, em até 4 (quatro) meses a contar do término do ano anterior, reunião para tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações contábeis, a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros, salvo nos exercícios em que a realização de tal reunião seja substituída por uma resolução por escrito, assinada por todos os sócios. **§4º** A Sociedade poderá levantar balanços intermediários, semestrais, trimestrais ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros. **§5º** A Sociedade poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação de sócios titulares de mais da metade do capital social. **FUSÃO E INCORPORAÇÃO - Cláusula 16**. A Sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social. **CISÃO E TRANSFORMAÇÃO - Cláusula 17**. A Sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Os sócios renunciam ao direito de retirada no caso de transformação em companhia, nos termos do que faculta o parágrafo único do artigo 221 da Lei das Sociedades por Ações. **DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO - Cláusula 18**. Em caso de dissolução da Sociedade, o liquidante será indicado por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. Nessa hipótese os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção ao número de quotas que cada um possuir. Encerrada a liquidação, a Sociedade será declarada extinta por deliberação do sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social. **Cláusula 19**. A retirada, dissidência, extinção, morte, exclusão ou falência de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, desde que representem, no mínimo, três quartos do capital social, resolvam dissolvê-la, ou que a eventual falta de pluralidade de sócios não seja sanada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do evento. Os haveres do sócio retirante, dissidente, extinto, morto, excluído ou falido serão calculados com base no último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, e serão pagos a quem de direito, no prazo de 6 (seis) meses contados do evento. **CONSELHO FISCAL - Cláusula 20**. A Sociedade não terá conselho fiscal. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - Cláusula 21**. A Sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social, salvo se houver urgência, caso em que os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócios titulares de mais da metade do capital social. **ACORDO DE SÓCIOS - Cláusula 22**. Quaisquer Acordo de Sócios deverão ser arquivados na sede da Sociedade, devendo suas disposições serem observadas por todos os Sócios, pela Sociedade e pelos administradores. Qualquer deliberação ou ato em desacordo com um Acordo de Sócios em vigor será considerada como nula e sem efeito, produzindo nenhum efeito em relação aos Sócios e/ou terceiros. **REGÊNCIA - Cláusula 23**. A Sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações). **ALTERAÇÃO DE QUORUM POR LEI SUPERVENIENTE - Cláusula 24**. Os quóruns de deliberação de sócios indicados neste Contrato Social serão automaticamente reduzidos para os mínimos permitidos em lei, mas nunca inferiores a mais da metade do capital social, no caso de modificação legal que autorize a sua redução. **FORO - Cláusula 25**. Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja." **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS** - Os Administradores da Sociedade ora eleitos, Sr. **Marcos Caram Patrus**, brasileiro, casado, engenheiro, documento de identidade n.º M-99.620, SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 198.630.396-91 e Sr. **Fernando Caram Patrus**, brasileiro, divorciado, engenheiro, C.I. n.º M-99.623 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 525.876.906-25, ambos com endereço na Rua Matias Cardoso, nº 169 – 8º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte/MG, CEP: 30.170-050, **declaram**, para todos os fins do Artigo 1.011, §1º do Código Civil, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. E, por estarem assim de acordo, a sócia assina o presente instrumento. Belo Horizonte, 02 de julho de 2024. **LIASA FLORESTAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.** Pp. Fernando Caram Patrus / Marcos Caram Patrus.



AGRONEGÓCIO

Vinhos de inverno: alta qualidade e em busca de novos mercados

VINICULTURA Associação Nacional dos Produtores de Vinhos de Inverno, com sede em Caldas, no Sul de Minas, reúne cerca de 50 vinícolas, a maioria delas mineiras; feira nacional visa divulgar marcas e estimular consumo

MICHELLE VALVERDE

A produção de vinhos de inverno tem crescido e se destacado pela alta qualidade. Hoje, o grande desafio da produção é vencer o preconceito - pela bebida ser produzida em regiões não tradicionais - e ganhar mercados. Diante disso, a Associação Nacional dos Produtores de Vinhos de Inverno (Anprovin), que reúne cerca de 50 produtores, trabalha na divulgação, promoção e no fortalecimento da produção dos vinhos de inverno.

A produção dos vinhos de inverno acontece no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. A maior parte da produção está em Minas Gerais, mas se estende também por São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás. A produção das uvas e da bebida, que tem se destacado pela qualidade em diversos concursos nacionais e internacionais, é possível pelo uso da técnica da dupla poda, desenvolvida pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig).

Conforme a Epamig, no sistema de dupla poda, as plantas são podadas em julho e agosto, quando os cachos são retirados logo que começam a se desenvolver. Em janeiro, é feita uma nova poda. Dessa vez, os cachos são mantidos até atingirem o ponto ideal de maturação. As duas podas anuais permitem a inversão do ciclo da videira, com o período de colheita da uva acontecendo no inverno, que apresenta condições ideais para a fabricação da bebida.

Qualidade superior - De acordo com o diretor de marketing da Anprovin e proprietário da Vinícola ArPuro, em Uberaba, no Triângulo, Valério Marega Jr, os vinhos de inverno apresentam qualidade diferenciada e têm se destacado em diversos concursos. Devido a isso, há um potencial enorme de mercado para a expansão da produção. Mas, ainda é preciso trabalhar na divulgação e estimular que os consumidores experimentem a bebida. Isso acontece pela produção ser relativamente nova e acontecer em áreas que não têm a tradição da produção, como acontece, por exemplo, no Sul do Brasil.

A qualidade da produção é resultado, principalmente, das características do clima. "Essa produção é muito nova, mas é perceptível que a qualidade do fruto é muito superior no inverno que no verão. As uvas do Sul do País, por exemplo, custam de R$ 5 a R$ 10 o quilo. Já no Sudeste, o mesmo volume chega a R$ 25. O preço valorizado mostra que a qualidade é muito superior. Isso acontece porque a produção no inverno tem menos doenças, as uvas crescem em ambiente de dias quentes, noites frias e solo seco".

"Essa produção é muito nova, mas é perceptível que a qualidade do fruto é muito superior no inverno que no verão (...) Isso acontece porque no inverno tem menos doenças, as uvas crescem em ambiente de dias quentes, noites frias e solo seco"
Valério Marega



Vinícola ArPuro fica em Uberaba, no Triângulo Mineiro, região onde não se falava em produzir vinhos FOTO: DIVULGAÇÃO / ANPROVIN

Desafios - Apesar da qualidade diferenciada, os vinhos de inverno têm desafios: produtividade menor e custos mais elevados. Isso devido às características de manejo e idade das plantas. Conforme Marega, enquanto a produtividade no Sudeste gira em torno de 5 a 8 toneladas por hectare, nas áreas de produção de verão o volume quase dobra, variando de 10 a 12 toneladas.

"Temos alta qualidade, mas, em contrapartida, produzimos muito menos. Então, temos o desafio do custo mais elevado, com diferença de cerca de 50%. As plantas são novas e começam a expressar a maior produtividade com 4 a 5 anos. Hoje, a imensa maioria dos associados, mais de 50%, estará produzindo o primeiro vinho nos próximos dois anos. Das 50 vinícolas associadas, cerca de 15 a 20 somente estão com vinho no mercado", explica.

Outro desafio é vencer o preconceito pelo vinho de inverno ser um produto novo e de regiões que não há tradição de produção. "Nossa função é quebrar esse paradigma. Nosso objetivo é estimular que os consumidores experimentem o vinho, que têm uma qualidade muito superior", aposta ele.

Brasília recebe Expovitis Brasil 2024

Com o objetivo de divulgar as marcas, apresentar os vinhos de inverno e estimular o consumo, produtores ligados à Anprovin vão participar da Expovitis Brasil 2024 – Feira Nacional de Viticultura, Enologia e Enoturismo. O evento, que acontece entre 19 e 21 de julho em Brasília, também é sede do 3º Festival Anprovin de Vinhos de Inverno.

A Expovitis reúne toda a cadeia da vitivinicultura e do enoturismo. No evento, estarão reunidos os setores de maquinários, implementos e insumos enológicos. Além disso, há expositores de equipamentos para a produção de uvas e para a elaboração de vinhos e de vinícolas brasileiras.

"A Expovitis Brasil e o 3º Festival Anprovin reúnem os produtores e toda a cadeia de vinhos do Brasil. É uma oportunidade para degustar os mais diversos vinhos e conhecer os vinhos de inverno. São eventos muito importantes para a cadeia", explica o diretor de marketing da Anprovin, Valério Marega Júnior. **(MV)**



Fundadores da ArPuro, Valério Marega e Ana já colhem belos resultados com seus vinhos de inverno FOTO: DIVULGAÇÃO / ANPROVIN

DOENÇA DE NEWCASTLE

Brasil suspende parte das exportações de frango

São Paulo - O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) suspendeu voluntariamente as exportações de frango para alguns países depois que um caso da doença de Newcastle foi detectado no interior Rio Grande do Sul, disse a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) na exta-feira (19). O departamento de fiscalização do ministério enviou carta a frigoríficos informando sobre a medida.

Mais cedo na sexta-feira, o Mapa já havia declarado emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul, por 90 dias, devido à detecção da doença.

As autoridades estão tentando conter um surto depois de cerca de 7 mil aves terem morrido em um estabelecimento avícola comercial onde a doença foi detectada, o que representa metade dos animais.

Entre uma amostra de 12 aves da granja, os investigadores encontraram pelo menos um caso positivo para Newcastle, doença viral que afeta aves, disse a ABPA em entrevista coletiva na sexta-feira.

Os últimos casos confirmados da doença de Newcastle no Brasil ocorreram em 2006 em aves de subsistência nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, segundo o Ministério da Agricultura. As aves de subsistência atendem às necessidades alimentares da família e não são mantidas para comércio.

A doença de Newcastle causa problemas respiratórios em aves e pode levar à morte. Sua notificação é obrigatória conforme orientações da Organização Mundial de Saúde Animal. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, havia dito anteriormente que surtos da doença de Newcastle poderiam desencadear proibições comerciais. **(Reuters)**



Cidades Inteligentes nas eleições

JORNALISMO PROPOSITIVO **Grupo de Trabalho (GT) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais lança cartilha detalhando a legislação para pautar planos de governo para eleições municipais**

ADRIANA MULS, Presidente e Diretora Editorial do Diário do Comércio

Minas Gerais é o primeiro estado do Brasil a ter uma lei que institui uma política pública que promove cidades inteligentes e sustentáveis, a Lei Estadual 24.839/24, aprovada no dia 27 de junho deste ano.

A legislação é um avanço para o desenvolvimento de um Estado Inteligente, por meio de municípios integrados, que criam suas inteligências direcionadas ao desenvolvimento econômico sustentável e tecnológico que urge acontecer em cidades mineiras de todo porte.

Para que isso aconteça de modo inclusivo, participativo e inovador como prevê a lei, especialmente em um ano eleitoral, é fundamental que o letramento político aconteça. Para isso, todos precisamos entender o que é e como viabilizaremos as *smarts cities* mineiras. É fato que muitos candidatos desconhecem a lei e ainda não a contemplam em seus projetos de governos.

No entanto, é fundamental que o façam já. Para isso, o Grupo de Trabalho de Cidades Inteligentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) elaborou um material primoroso que serve toda a sociedade.

O Movimento Minas 2032 pela Transformação Global tem o papel de promover articulações pelo bem comum. Como coordenadora-geral, aproveito para convocar também a Associação Mineira dos Municípios (AMM) para disseminar o material para o interior mais rapidamente, já que o pleito municipal acontece em três meses.

ALMG

Cartilha simplifica lei para gestores e população

ÉLIDA RAMIREZ, Colaboradora

O Grupo de Trabalho de Cidades Inteligentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), coordenado por Grazielle Carvalho - integrante do Movimento Minas 2032 pela Transformação Global, organizado pelo Diário do Comércio, diretora de Relações Governamentais do Instituto de Gestão Territorial e Geotecnologias (IGTECH) em Cidades Inteligentes e Agenda 2030 -, lançou a cartilha Programa Minas Inteligente com as principais ações que os municípios mineiros terão que seguir para se tornarem cidades inteligentes.

O material toma como base a Lei Estadual 24.839/24, que promove cidades inteligentes e sustentáveis, aprovada em 27 de junho deste ano e que tem como objetivo facilitar o entendimento e dar suporte aos gestores. Minas Gerais é o primeiro estado do Brasil a ter uma legislação que institui uma política pública para o tema.

Segundo Grazielle Carvalho, o material é um instrumento de democratização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) administração pública. Interessados podem baixar o programa já disponível em *https://institutolici.com.br/programa-minas-inteligente/*.

"O conceito de *smart cities* é novo. O papel de cada um ainda é desconhecido pelos atores envolvidos e estamos em um momento de construção do plano de governo para o pleito municipal. É fundamental que os candidatos usem o material e eleitores cobrem seus direitos", esclarece a coordenadora do GT.

A especialista explica ainda que a legislação foi construída a fim de organizar em um único projeto de lei as diretrizes levantadas por diferentes instrumentos normativos, tomando como base as principais normas nacionais e internacionais sobre o assunto.

Por sua vez, a cartilha nasce alinhada ao mesmo propósito e visa promover o desenvolvimento sustentável das cidades, sintetizando as práticas previstas em seis eixos estratégicos para atingimento dos resultados propostos: Governança, Planejamento Territorial, Desenvolvimento Econômico, Inovação, Capacitação e Formação de Lideranças e Parcerias.

Governança - mostrar qual é a "cidade que temos", definir a "cidade que queremos" e identificação o caminho deve ser percorrido para que tenhamos os resultados que almejamos sem deixar ninguém para trás.

Planejamento territorial - estimular e incentivar o desenvolvimento de todo o planejamento municipal alicerçado na Cartografia Cadastral Urbana ou Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM).

Desenvolvimento econômico - apresentar as principais verticais para um desenvolvimento econômico sustentável nos municípios, apresentando a importância do mapeamento, do fomento e as transformações digital e verde.

Inovação - promover o acesso à internet como serviço básico para pleno gozo de direitos fundamentais, aprimorar os serviços oferecidos aos cidadãos, com digitalização de processos, transparência de informações, proteção de dados e implementação de políticas de inovação e tecnologia na educação.

Capacitação e formação de lideranças - orientar para que as pessoas envolvidas na construção de uma cidade inteligente estejam adequadamente preparadas em todos os níveis.

Parcerias - criar condições para que os municípios possam receber os repasses de recursos, a cessão de agentes públicos, a doação ou cessão de bens públicos, bem como cooperação técnica e financeira para seu o desenvolvimento das cidades inteligentes.

"Com esse direcionamento detalhado, fica mais fácil para prefeitos, secretários e demais administradores aplicarem a lei", pontua Grazielle Carvalho.



Integrantes do GT Cidades Inteligentes da ALMG lançaram a cartilha Programa Minas Inteligente com principais ações para municípios mineiros FOTO: DIVULGAÇÃO / GT DE CIDADES INTELIGENTES



FOTO: REPRODUÇÃO / CARTILHA MINAS INTELIGENTE

"O conceito de smart cities é novo. O papel de cada um ainda é desconhecido pelos atores envolvidos (...) É fundamental que os candidatos usem o material "

Grazielle Carvalho

MM2032 articula uso do material pela Associação Mineira de Municípios

A coordenação do MM2032 acionou a Associação Mineira de Municípios (AMM), solicitando análise do material e a possível disponibilização do link do programa no *site* para consulta de seus associados e aguarda retorno.

De autoria de Alê Portela (PL) - que hoje ocupa a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), em parceria com a Frente Parlamentar em favor dos Municípios, presidida pelo deputado estadual Rodrigo Lopes (União) -, a lei estabelece princípios, objetivos e prioridades para o desenvolvimento de municípios sustentáveis em Minas Gerais.

A legislação conceitua cidades inteligentes como espaços urbanos e rurais caracterizados por uma inteligência coletiva e direcionados para o investimento em capital humano e social, o desenvolvimento econômico sustentável e o uso de tecnologias para aprimorar e conectar os serviços e a infraestrutura das cidades.

E prevê que isso aconteça de modo inclusivo, participativo, transparente, seguro e inovador, com foco na responsabilidade ambiental e na elevação da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos.

Nesse sentido, os municípios terão na lei estadual o arcabouço jurídico para criação e desenvolvimento do sistema regulatório e da infraestrutura administrativa, além de mecanismos para capacitação de pessoal e contratação de serviços necessários à implementação e ao alcance dos princípios, diretrizes e objetivos das *smarts cities*. **(ER)**

LIVROS

% LEITURA DE IMPACTO

Os valores da existência humana



Longe de ser uma obra com soluções prontas a serem aplicadas no cotidiano para ser feliz, enriquecer ou conquistar o sucesso, "Projeto de Vida - Caminhos para uma vida que valha a pena" é um convite para pensar melhor a própria existência e tomar decisões mais auspiciosas. Neste livro-aula publicado pela Citadel Grupo Editorial, Clóvis de Barros Filho desmistifica conceitos da filosofia de forma simples e direta, e instiga o leitor a encontrar os caminhos que valem a pena serem vividos. Dentre os temas abordados está a tomada de decisão. Clóvis de Barros Filho reforça que a cada escolha feita por um indivíduo, inúmeras outras possibilidades de futuro são descartadas. No entanto, isso não deve ser visto de uma perspectiva negativa, e sim, como aprendizado. (Projeto de Vida - Caminhos para uma vida que valha a pena, Clóvis de Barros Filho, Citadel Grupo Editorial, 272 páginas, R$ 59,90

Propaganda e seus vários direcionamentos



O livro "Quero fazer propaganda. E agora?" traz, por meio de linguagem de fácil compreensão, discussões, análises, direcionamentos e exercícios práticos para compreender melhor como utilizar as diversas ferramentas de propaganda, tanto no offline quanto no digital. A obra, escrita a quatro mãos por Adinan Nogueira e Isabel Braga, é leitura indicada para empreendedores dos mais diversos segmentos assim como gestores e empresários que desejam aplicar na prática a propaganda e suas várias formas e questões, como determinação de objetivos e mensuração de resultados. Perguntas da natureza: Como melhorar a imagem da empresa? Quanto investir? Como avaliar a concorrência? Como determinar o objetivo da propaganda, e avaliar seu consequente sucesso? são respondidas, com indicações de exercícios práticos. (Quero Fazer Propaganda. E agora?, Adinan Nogueira e Isabel Braga, Editora Labrador, 128 páginas, R$ 64,90)

Onde repousam as mentiras



Sade Hussein é uma herdeira milionária que sempre precisou estudar em casa e, agora, perdeu todos que ama. Depois da recente morte do pai, continuar com os estudos domiciliar parecia ainda mais solitário. Decidida a recomeçar a vida longe dos fantasmas do passado, Sade inicia o penúltimo ano do ensino médio na Academia Alfred Nobel - um dos mais prestigiados internatos de elite do Reino Unido. Porém, o que parecia um novo começo, torna-se mais um trauma na vida da adolescente: a amiga de quarto de Sade, Elizabeth Wang, desapareceu e os colegas de classe colocaram a novata no topo da lista de suspeitos. É em meio a este suspense psicológico que a premiada autora do best-seller "Ás de espadas", Faridah Àbíké-Íyímídé, apresenta o livro "Onde repousam as mentiras". Neste enredo, com protagonismo negro e representatividade LGBTQIAP+, Sade percebe que o colégio prefere abafar o caso ao invés de procurar a menina desaparecida. Ela, então, decide investigar por conta própria o paradeiro o colega enquanto tenta provar sua inocência. (Onde repousam as mentiras, Faridah Àbíké-Íyímídé, EditoraPlataforma21, 512 páginas, R$ 89,90)

Impactos socioambientais na visão de uma mineira

% LANÇAMENTO Rafaela S. Polanczyk, em "O Fundo Invisível da Lagoa", convida o leitor a um mergulho na "Pampulha" e nas questões envolvendo a poluição aquática

A escritora mineira Rafaela S. Polanczyk lança seu oitavo livro "O Fundo Invisível da Lagoa, aproveitando o cartão-postal da capital mineira, a Lagoa da Pampulha, para alertar sobre a necessidade de manter o debate em relação às questões socioambientais. A obra de fantasia, que sai pela Literíssima Editora, contou com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

A história convida o leitor a um mergulho na lagoa e nas questões envolvendo a poluição aquática. A fantasia começa com a adolescente Luana caindo na lagoa, acidentalmente, enquanto patinava pela orla. Na medida em que se afunda, ela descobre uma lagoa imunda e conhece um extraordinário ecossistema submerso, habitado por sereias desesperadas por ajuda. A situação espantosa e inesperada estimula a garota a descobrir as causas desse mistério com a ajuda de seu amigo Tomás.

Rafaela Polanczyk está desenvolvendo seu doutorado na Alemanha e explica que o problema é recorrente em grandes cidades mundiais, sendo essencial conversar sobre a situação em todos os âmbitos sociais para promover mudanças de maneira concreta.

Segundo a autora, a preservação ambiental é um hábito que deve ser cultivado a partir da infância e a temática a incentivou a abordar o assunto de forma lúdica para a população se interessar e refletir sobre a problemática. Inclusive, a preservação ambiental é um tema de alta relevância para comunidades indígenas no Brasil, principais atuantes nessa frente.

"O livro preenche a lacuna de um material pedagógico 'divertido' sobre poluição aquática para estudo nas escolas. A história ainda valoriza as comunidades indígenas que lutam pelo ecossistema do qual precisam para sobreviver e a cultura delas na região, principalmente, em relação aos Encantados. Estes sempre foram popularmente difundidos



O livro preenche a lacuna de um material pedagógico 'divertido' sobre poluição aquática para estudo nas escolas, afirma Rafaela Polanczyk FOTO: ARQUIVO PESSOAL

como folclore, contudo, o livro propõe discutir a problemática da folclorização dessas entidades sagradas. Dessa forma, a diversidade faz parte da aventura da protagonista Luana, neta de indígena, e de Tomás para acabar com a poluição da Lagoa da Pampulha, apresentando alguns Encantados e aspectos culturais da nação Kariri", afirma a autora.

Rafaela Polanczyk acredita que os jovens aprenderão sobre a importância ecológica da preservação de lugares como a Lagoa da Pampulha e, ainda, as nuances envolvendo os problemas ambientais. A Lagoa não é apenas um ponto turístico e bonito da capital, ela inclui todo um ecossistema e comunidades impactados pela poluição.

Rafaela S. Polanczyk tem 26 anos e também é bióloga formada pela UFMG, começando sua jornada de doutorado na Alemanha. Ela dribla sua vida de escritora e neurocientista com estudos em escrita criativa e *marketing* literário e já ofereceu diversas oficinas sobre o tema.

A escritora sempre foi apaixonada por mundos de fantasia. Incentivada por seus pais, avós e amigas, começou a escrever histórias quando ainda era criança. Ela publicou o primeiro livro aos 16 anos: "O Rei Perdido" que, posteriormente, virou uma trilogia (tendo com "O Império Subterrâneo", 2° livro e, "O Cálice Mortal", 3° livro. Outras obras da autora incluem: "O Santuário dos Ibicós", "Explosão de Borboletas", "A Ilha dos Demônios" e "Uivo de Gelo". Assim como "Uivo de Gelo", "O fundo invisível da lagoa" sai pela Literíssima Editora. %



% TENDÊNCIAS

Insights revolucionam o *marketing*

Com experiência de mais de 15 anos em Consultoria Estratégica e de Operações de Marketing, a professora Rosário Pompéia se une ao professor PhD em Computação Silvio Meira para lançar a obra "Marketing do Futuro".

A publicação do selo Actual, da editora Almedina Brasil, apresenta um método para ajudar a resolver os desafios no campo



"figital" - um combo de *marketing* e inovação que se aplica a uma nova realidade com dimensões física, digital e social.

Os autores apresentam a Teoria AEIOU, que se refere às palavras-chave Ambiente, Estratégia, Interação, Operação e Unificação. A solução repensa e posiciona o *marketing* como *hub* que articula e interage com toda a dinâmica da arquitetura organizacional e promove uma abordagem focada em interações humanas significativas e personalizadas.

O AEIOU cria estratégias para engajar as pessoas como clientes e gerar valor sustentável em um ambiente competitivo digital, interconectado e em tempo real. Nesse sentido, Meira e Pompéia pontuam que, na era das redes, conexões, relacionamentos, interações e comunidades *on-line*, as fundações e práticas tradicionais de *marketing* são cada vez mais inadequadas.

Os especialistas destacam que plataformas como Google, Facebook, Amazon, Magalu, WeChat e PinDuoDuo criaram ecossistemas que vão muito além de transações, incluindo interações sociais, troca de dados e efeitos de rede.

Essas plataformas, portanto, habilitam comunidades e *marketplaces* virtuais, cujas leis "naturais" não são as mesmas dos mercados puramente físicos, o que leva a um cenário de *marketing* mais complexo, com interações multilaterais e de longo alcance e impacto, em unidades de tempo e escala antes impensáveis.

Em resumo, os modelos tradicionais de *marketing* não conseguem, nem de longe, acompanhar essas mudanças. Ao mesmo tempo, a combinação de redes virtuais, trazidas pela internet e pelos *smartphones*, com as infraestruturas e os serviços de rede física de muitos negócios, abrem caminhos para um novo tipo de comunidade.

"Marketing do Futuro" é um manifesto prático para transformação em ação. Através de uma linguagem clara e acessível, os autores desafiam os leitores a repensar estratégias e a incorporar inovações que respondem diretamente às demandas emergentes de ecossistemas de negócios em rápida evolução. A obra é leitura obrigatória para quem deseja não apenas acompanhar, mas liderar na nova era figital. %

% FICHA TÉCNICA

Livro: Marketing do Futuro
Autor: Rosário Pompéia e Silvio Meira
Editora: Almedina Brasil - Selo Actual
Páginas: 420
Preço: R$ 99



NEGÓCIOS



Com os investimentos, o movimento cirúrgico no Vila da Serra cresceu. Antes eram cerca de 1 mil procedimentos por mês e, hoje, são quase 2 mil FOTO: DIVULGAÇÃO / HOSPITAL VILA DA SERRA

Hospital Vila da Serra amplia capacidade de atendimento

REVITALIZAÇÃO Investimentos, cujos valores não foram divulgados, foram feitos de forma global, incluindo desde a infraestrutura até o suporte aos pacientes

MICHELLE VALVERDE

O Hospital Vila da Serra, do grupo Oncoclínicas&Co, passou por um processo de renovação nos últimos anos. Localizado em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a unidade hospitalar, que forma com o Câncer Center Oncoclínicas um complexo de saúde, teve a infraestrutura modernizada, ampliando, assim, a capacidade de atendimento e também as especialidades médicas.

A unidade, que completa 25 anos neste ano, também recebeu novos equipamentos de alta tecnologia, essenciais para atendimentos médicos de alta complexidade, em especialidades como neurologia, cardiologia, ortopedia e pronto-atendimento.

Conforme a diretora de Operações Hospitalares e Câncer Centers da Oncoclínicas&Co, Daniela Pagliari, os investimentos, cujos valores não são divulgados, foram feitos de forma global, incluindo desde a infraestrutura até o atendimento aos pacientes.

“O Hospital Vila da Serra nasceu há 25 anos e que se moldou, no início da trajetória, como um instituto materno-infantil. Com a aquisição da Oncoclínicas, começamos um processo de transformação para um hospital geral, principalmente, para ser um hospital âncora para toda a linha oncológica, que é bastante complexa e demanda múltiplas especialidades e múltiplos tratamentos de alta complexidade”.

Os aportes, que começaram há cerca de três anos, tiveram também como objetivo dar suporte completo aos pacientes oncológicos atendidos pelo Câncer Center Oncoclínicas.

“O Hospital Vila da Serra tem uma relação quase que simbiótica com o Câncer Center Oncoclínicas. Ficamos um do lado do outro, assim, essa unidade é uma extensão para atender o paciente oncológico. O atendimento ao paciente oncológico alavanca melhorias em todas as áreas de cuidado de imunidade. Então, sobre esse fio condutor da oncologia, a gente acaba trazendo benefício para o atendimento a pacientes com todas as outras doenças”.

> **“Com a aquisição da Oncoclínicas, começamos um processo de transformação para um hospital geral, principalmente, para ser um hospital âncora para toda a linha oncológica”**
> Daniela Pagliari

Aportes ampliam atendimentos - Conforme Daniela Pagliari, houve uma ampla reformulação da unidade, com maior aproveitamento de áreas antes improdutivas ou que estavam desativadas dentro do Vila da Serra. Ocorreu ampliação do número de leitos e da disponibilidade para o cliente. Hoje, ainda está em andamento o *retrofit*, com índice de conclusão em 70%. Foram grandes os investimentos em tecnologia, nos blocos cirúrgicos e na implantação de equipamentos novos.

“Hoje, contamos com 266 leitos, ante os 166 ativados quando assumimos. Nossa capacidade instalada permite atender 10 mil pacientes no pronto-socorro por mês. Antes eram 4,5 mil atendimentos e, hoje, já estamos em torno de 9,5 mil por mês”.

Com os investimentos, o movimento cirúrgico no Hospital Vila da Serra cresceu. Antes eram cerca de mil procedimentos por mês e, hoje, são quase 2 mil. No atendimento da linha oncológica, a alta foi de 78%, na ortopedia de 40%.

“A maternidade continua forte, são cerca de 260 partos por mês, alta de 10% frente 2023. Então, tivemos crescimento em todas as nossas linhas”, explicou Daniela Pagliari.

Diversificação - Os aportes no Hospital Vila da Serra foram em várias áreas. A maternidade do Vila da Serra passou a oferecer UTI neonatal e pediátrica equipados com tecnologia de ponta. Também houve avanços nos métodos cirúrgicos.

No segmento de neurocirurgia, por exemplo, a unidade hospitalar agora conta com cama especial que possibilita rotacionar o paciente durante o procedimento, além da presença de um tomógrafo móvel para dar suporte no planejamento cirúrgico.

Foram criadas duas novas salas de hemodinâmica para atender a área de cardiologia e contratada uma equipe médica especializada para atender todos os tipos de complexidades cardiológicas. O Vila da Serra também passou a oferecer o serviço de medicina intervencionista, com a disponibilização de procedimentos como punção e biópsia guiada 24 horas.

INCENTIVO À EDUCAÇÃO

Corrida FDC arrecada fundos para programa de bolsas

No dia 19 de outubro, às 8h, a Fundação Dom Cabral promove seu primeiro evento esportivo, a Corrida FDC, que visa arrecadar fundos para o programa de bolsas da instituição, além de promover a saúde, bem-estar e integração da comunidade através da prática de atividades físicas. Com distâncias de 10 e 5 km, além da caminhada de 2 km, a corrida será no Campus Aloysio Faria em Nova Lima (Região Metropolitana de Belo Horizonte). As inscrições podem ser feitas no *link https://www.tbhesportes.com.br/corridafundacaodomcabral/*. Podem participar corredores de todas as idades e níveis de habilidade, famílias e entusiastas do esporte.

A Fundação Dom Cabral concede bolsas de estudo de até 100% para os seus programas: Graduação, Pós-Graduação, MBA, Mestrado, Doutorado e Programas Abertos. O propósito é apoiar pessoas que buscam uma oportunidade no desenvolvimento da vida pessoal e profissional, por meio da educação continuada, e, assim, construir um ambiente de negócios mais plural e inclusivo capaz de responder aos novos desafios da sociedade.

As bolsas são concedidas para pessoas de baixa renda, engajadas em ações de impacto e transformação social e com potencial para desenvolver um papel de liderança, além de priorizar negros, mulheres, grupo LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Este apoio possibilita toda a estrutura de excelência para os estudantes durante a sua jornada de transformação profissional; uma forma de reduzir as barreiras de acesso à educação de qualidade e reforçar o compromisso da FDC em apoiar o desenvolvimento sustentável por meio da educação.

“O Esporte e a Educação sempre andaram de mãos dadas. A ideia de criar uma corrida para arrecadar doações para o Programa de Bolsas de Estudos da FDC faz sentido já que propicia aos esportistas, profissionais ou amadores, cuidar de sua saúde física e contribuir para que mais pessoas tenham a oportunidade de ter uma educação de qualidade”, diz a diretora de Desenvolvimento de Parcerias da FDC, Nádia Rampi.

A concessão de bolsas de estudo é tradicional dentro da Fundação Dom Cabral e cresceu nos últimos anos. Entre 2020 e o primeiro semestre de 2024, foram 1.529 bolsas, contemplando programas próprios da FDC e em instituições parceiras.

CURTAS

Construtora mineira recebe Women on Board

A BRZ Empreendimentos, construtora com mais de 13 anos de excelência no mercado imobiliário nacional, anuncia a conquista do Selo Women on Board, que conta com o apoio da ONU Mulheres e Pacto Global da ONU. Com esse reconhecimento, agora a construtora faz parte do seleto grupo das maiores empresas da América Latina com a premiação. O Selo Women on Board destaca empresas que promovem diversidade, inclusão e protagonismo feminino em seus conselhos administrativos. A certificação é conferida às companhias que contam com pelo menos duas mulheres ativas em seu conselho, demonstrando um compromisso real com a equidade de gênero e a inclusão no ambiente corporativo. Atualmente, 38% dos cargos de liderança na BRZ são ocupados por mulheres, com a meta de alcançar 50% até 2025. Além de manter uma estrutura robusta de governança, a BRZ conta com um Conselho de Administração ativo, políticas de compliance, auditorias independentes e um canal de denúncias para garantir a integridade e a ética em todas as suas operações. A BRZ Empreendimentos é uma incorporadora nascida em 2010, em Belo Horizonte. A inovação está no DNA da empresa, que investe fortemente em ações de tecnologia em seus projetos. Com números surpreendentes, a companhia ocupa o 11º lugar entre as maiores construtoras do Brasil.

Serviço de entregas da Pássaro Verde cresce 10% ao ano

Braço da Pássaro Verde voltado para o transporte de cargas e encomendas, a Pássaro Verde Express chega aos 42 anos de operação com números consolidados: o serviço, que nasceu no início dos anos 80 como uma oportunidade da empresa de ampliar suas frentes de trabalho, tem registrado crescimento de 10% ao ano e atualmente transporta, em média, 24 mil volumes/mês para mais de 40 cidades mineiras, além de municípios de São Paulo e Brasília. Em breve o serviço de entregas será ampliado para outras regiões do Brasil, chegando até os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás.

Vivo avança em sua atuação como *fintech*

A Vivo avança em sua atuação como *fintech* e anuncia dois novos produtos de crédito: parcela Pix e antecipação do saque aniversário do FGTS, que contribuem para ampliar a oferta de crédito e a inclusão financeira dos brasileiros. A estratégia é parte do posicionamento de negócios da companhia, que quer ser reconhecida como uma empresa de tecnologia e com atuação além da conectividade. As duas novidades se juntam ao serviço de empréstimo pessoal que opera desde 2020 e permite a contratação de R$ 500 a R$ 50 mil, além de ser alternativa para financiar *smartphones* e outros dispositivos adquiridos em lojas da empresa. Com desempenho ascendente, o empréstimo pessoal da Vivo totalizou R$ 420 milhões em carteira no 1º trimestre de 2024, quase o dobro em relação ao mesmo período do ano anterior. O serviço registra mais de 55 mil contratações de crédito e receita superior a R$ 100 milhões em 2023. Considerando os 12 meses entre março de 2024 e março de 2023, as receitas da Vivo com serviços financeiros cresceram 29,4%, totalizando R$ 425 milhões. Além do empréstimo pessoal, o portfólio de *fintech* da Vivo inclui seguros - para celulares e outros dispositivos, como *tablets* e *notebooks*, a empresa registra cerca de 500 mil *smartphones* segurados. Há ainda o "compra planejada", consórcio de smartphones lançado em parceria com a *startup* Klubi, que permite a compra de um aparelho em até 36 parcelas fixas, de forma planejada.

Gestores de empresas familiares aderem à IA

PESQUISA Negócios sob esse pilar de gestão também estão mais otimistas no País em relação à oportunidade de uso da nova tecnologia na comparação com a média mundial

A edição 2024 da NextGen, pesquisa global da PwC que investiga tendências e aspectos relacionados ao processo de sucessão em empresas familiares, mostra que representantes da próxima geração de gestores nessas empresas são mais otimistas em relação à inteligência artificial (IA) generativa do que a geração atual. Esses líderes também entendem a necessidade urgente de descentralizar a responsabilidade pela IA para promover uma ampla adoção dessa tecnologia em todas as dimensões de seus negócios. Neste ano, foram ouvidos mais de 900 representantes de empresas familiares, respondentes entre 18 e 40 anos, membros de famílias que aspiram se tornar proprietários conscientes, membros influentes de conselhos ou líderes visionários.

O estudo aponta que, enquanto 47% dos entrevistados do Brasil estão em estágio inicial de exploração da IA generativa ou em fase de teste, globalmente esse índice é menor, de 37%. A pesquisa da PwC revela que 64% dos respondentes brasileiros acreditam que há uma oportunidade para as empresas familiares se posicionarem na vanguarda do uso responsável da IA e de outras tecnologias, em comparação com 50% da média global. Outro dado que contribui com essa constatação é o de que 89% dos entrevistados do Brasil, e 73% no mundo, acreditam que a IA generativa é uma poderosa força de transformação nas suas empresas.

"Neste ambiente de disrupções tecnológicas, econômicas e climáticas, os líderes da próxima geração precisam estar preparados para agir com sabedoria e cautela. Nosso estudo revela que eles estão empolgados com as novas tecnologias e estão mais abertos a elas do que a atual geração de líderes. Existe aqui uma oportunidade de gerar valor e impulsionar o crescimento dos negócios que não pode passar despercebida", observa a sócia e líder de Empresas Familiares da PwC Brasil, Helena Rocha.



Helena Rocha: líderes da próxima geração precisam estar preparados FOTO: DIVULGAÇÃO / PWC BRASIL

> **"Empresas familiares costumam abordar a inovação com mais cautela que as de capital aberto. Deve haver treinamento para que possam entender melhor os riscos e as oportunidades da IA"**
> Helena Rocha

Confiança - Ainda conforme a NextGen 2024, entusiasmada com a IA, a nova geração dos negócios familiares brasileiros percebe menos riscos associados à tecnologia que a geração atual. Deste público, 50% acreditam que, nos próximos 12 meses, a IA generativa pode intensificar riscos de cibersegurança. Esse índice na geração atual é de 73%. Essa percepção divergente também se sustenta em outro dado: enquanto 42% da nova geração pensa que a IA poderá influenciar responsabilidades legais e riscos à reputação, 63% das lideranças atuais têm a mesma opinião.

"Empresas familiares costumam abordar a inovação com mais cautela que as de capital aberto. A vasta maioria dos nossos respondentes tanto no Brasil quanto no mundo acredita que deve haver treinamento da força de trabalho para que possam entender melhor os riscos e as oportunidades da IA. Vale destacar que apenas 17% das empresas familiares no Brasil, 14% no mundo, têm uma equipe ou funcionário responsável por alavancar o tema de IA generativa. Em geral, o líder de TI tem assumido também esse papel. A probabilidade dessa posição passar a existir aumenta em empresas maiores e mais maduras", acrescenta Helena Rocha.

Governança - O estudo da PwC também compara a nova geração com a atual liderança das empresas familiares do Brasil para entender como cada geração avalia aspectos ligados à governança. Apesar das diferenças, as opiniões se aproximam.

Enquanto, 67% dos mais jovens acham que existem papéis e responsabilidades claros para os envolvidos na gestão do negócio, 73% da atual geração tem essa opinião. Quanto a ter uma estrutura de governança clara, os percentuais são 67% e 62%, respectivamente. Já sobre existir resistência a mudanças dentro das empresas, os números são 36% e 41%, nessa ordem.

RECONHECIMENTO

Santuário do Caraça vai ganhar filme

Visando fortalecer o legado histórico e cultural do Santuário do Caraça, o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG), participou, na sexta-feira (19/07), da apresentação de dois projetos relativos ao santuário. O primeiro é a candidatura do complexo religioso cujo objetivo é ser reconhecido pelo Programa Memória do Mundo, da Unesco. A previsão é que o dossiê seja entregue à instituição em 2025. O segundo diz respeito à realização de um longa-metragem em comemoração aos 250 anos do Caraça, localizado nos municípios de Catas Altas e Santa Bárbara.

O encontro foi realizado pela Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), que nomeou um grupo de trabalho formado por alguns dos membros dos seus Conselhos Empresariais, representantes da Associação dos Ex-alunos e Amigos do Caraça (Aealac) e especialistas convidados, com o apoio técnico da Secult-MG. O GT ficará encarregado de dar andamento aos projetos, que buscam incentivar a preservação do Santuário do Caraça na condição de bem cultural, além da conservação das áreas de entorno do santuário.

Caraça é berço da formação humana e cultural de Minas Gerais. Nestes séculos de existência, o legado documental é imenso e se confunde com a própria história do Estado. Ter o reconhecimento da Unesco é mais um passo na perpetuidade desse lugar onde céu, arquitetura, natureza e gente se encontram", comenta o secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas de Oliveira.

De acordo com o presidente do Conselho Empresarial de Cultura da ACMinas, Jorge Carlos Borges de Souza, a candidatura se baseará em um dossiê com pesquisas documentais feitas por historiadores: "Todo o trabalho será executado nas dependências do Caraça, em bibliotecas, arquivos e em fontes de documentos externas localizadas dentro e fora do Estado de Minas Gerais".

Caraça na memória do mundo - Designado como "centro de espiritualidade e missão, de cultura e educação, de conservação ambiental, lazer e turismo", o Caraça deu o pontapé inicial para fazer parte do Programa Memória do Mundo, da Unesco, que reconhece documentos, arquivos e bibliotecas de grande valor internacional, regional e nacional, inserindo-os no Registro Internacional do Programa Memória do Mundo. A ideia do programa é incentivar a preservação e a difusão desses acervos, ajudando na conscientização sobre o patrimônio documental da humanidade.

O primeiro passo foi contratar historiadores e outros profissionais para realizarem uma extensa pesquisa documental sobre o santuário. As investigações se debruçarão sobre documentos nos arquivos, biblioteca e outras dependências do próprio Caraça, bem como em fontes externas, localizadas dentro e fora de Minas Gerais.

A partir das informações obtidas, a equipe produzirá um minucioso dossiê detalhando a importância histórica, cultural e documental do santuário. O relatório será avaliado pelo Comitê Consultivo Internacional da Unesco, divisão formada por 14 especialistas e baseada na sede do órgão executivo da ONU, em Paris.

Produção cinematográfica - O longa-metragem sobre o Santuário do Caraça será realizado em parceria com a Iluri Filmes, responsável pela produção, direção e execução da obra. Durante a reunião, a produtora de cinema apresentou o projeto do filme, que buscará retratar de forma lúdica e criativa a importância histórica e cultural do Caraça, destacando alguns dos momentos e personagens mais significativos desses 250 anos. A Iluri Filmes já está trabalhando na pesquisa para o desenvolvimento do roteiro.



LEGISLAÇÃO

Disputas tributárias criam ônus

IMPOSTOS Contencioso no Brasil chega a R$ 5,4 trilhões e equivale a 57% do faturamento anual das empresas e a 75% do PIB nacional, aponta pesquisa realizada pelo Insper

Brasília - Quando uma empresa tem dúvidas se deveria pagar um tributo ou acredita que a cobrança está incorreta, esse questionamento pode ser levado à Justiça. O chamado contencioso tributário consome boa parte dos recursos de empresas e do sistema de Justiça em disputas sobre o pagamento correto de impostos.

Uma mesma empresa que atua em vários países, entre eles o Brasil, gasta 17 vezes mais aqui com disputas tributárias. O contencioso tributário no País equivale a 57% do faturamento anual, enquanto em outros países o percentual é de apenas 3,3%. É o que mostra uma pesquisa publicada pelo Insper e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2022.

Outro relatório elaborado pelo Insper em 2020, estimou em R$ 5,4 trilhões o contencioso tributário brasileiro referente ao ano de 2019, o que equivale a 75% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional do mesmo ano.

Uma das hipóteses para o tamanho do problema no País é a complexidade do atual sistema tributário, que dá margem a dúvidas e pode induzir a erros na cobrança de tributos. O advogado especialista em direito tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/Ribeirão Preto, Ranieri Genari, acredita que a reforma tributária pode ajudar a resolver o problema.

"Se nós formos considerar que a reforma vai simplificar o ambiente tributário, unificando primordialmente os cinco tributos, nós sim podemos dizer que haverá uma diminuição do contencioso, porque nós estamos falando de um único fato gerador para todos os tributos, onde uma única lei vai disciplinar todas as particularidades desse novo tributo, não mais de tantas espécies tributárias", explica.

O deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE) participou do grupo que discutiu a regulamentação da reforma na Câmara e defende os benefícios da simplificação para reduzir o contencioso tributário.

"Tem empresa cervejeira, não vou citar o nome, porque não me cabe, mas que tem um contencioso com o governo federal de R$ 80 bilhões. Tem empresa de refrigerante, que tem um contencioso de R$ 70 bilhões. O que é contencioso? É a questão jurídica. Imagina o custo de advogado... Então, você vai acabar com tudo isso, de uma forma simples e fácil, como as nações desenvolvidas no mundo fazem."



O deputado federal Augusto Coutinho defende a simplificação para reduzir o contencioso FOTO: BRUNO SPADA / CÂMARA DOS DEPUTADOS

> **"Se nós formos considerar que a reforma vai simplificar o ambiente tributário, podemos dizer que haverá uma diminuição do contencioso"**
> Ranieri Genari

Regulamentação - A reforma tributária aprovada no fiml do ano passado (EC 132/2023) depende da regulamentação de seus dispositivos para esclarecer como vai funcionar na prática. Existem dois projetos de lei complementar (PLP) em discussão no Congresso Nacional para definir esses detalhes.

O PLP 68/2024 foi aprovado no último dia 10 na Câmara dos Deputados e agora segue para o Senado. Após discussões do Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Reforma Tributária, foram definidas as regras para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Imposto Seletivo.

O advogado Ranieri Genari destaca a importância da regulamentação. "Em nosso entender, quanto mais a legislação for clara e objetiva em relação aos seus fatos geradores, em relação às suas hipóteses de incidência e como vai ocorrer essa tributação, seja tributando em 100%, seja por redução, seja por isenção ou alíquota zero, menos esse contencioso tende a aumentar, porque toda legislação que é feita de forma açodada e com muitas dúvidas, cujo texto não é tão claro, isso impacta no maior contencioso tributário para esclarecimento de dúvidas dos contribuintes", argumenta.

O PLP 108/2024 vai definir as regras do Comitê Gestor do IBS e ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados. **(Brasil 61)**

SANEAMENTO

Supremo mantém o processo de privatização da Sabesp

Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, negou na sexta-feira (19) o pedido para suspender a privatização da Empresa Paulista de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Barroso rejeitou uma ação protocolada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para suspender o processo de venda da estatal. A fase final de liquidação deve ser concluída na segunda-feira (22).

Na decisão, Barroso entendeu que as supostas ilegalidades apontadas no processo dependem de produção de provas, medida que não pode ser determinada por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), tipo de processo protocolado pelo PT. Além disso, o ministro entendeu que não cabe ao Supremo avaliar as questões políticas envolvidas na privatização.

"Paralisar o processo de desestatização da companhia em sua etapa final poderia gerar prejuízos relevantes ao estado de São Paulo, configurando o grave risco de dano reverso. A desestatização foi publicizada de maneira adequada e vem seguindo o cronograma previsto, de modo que interrompê-la no âmbito de medida cautelar criaria o risco de prejuízos orçamentários relevantes, que, segundo informações prestadas, poderiam atingir a cifra de cerca de R$ 20 bilhões", justificou.

Atendendo a pedido de Barroso, a Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou na última quinta-feira (18) ao STF um parecer contra o pedido de suspensão da privatização. Já a Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu a suspensão da privatização.

A privatização da Sabesp foi alvo de ações protocoladas pelo PT, PSOL, PV, PCdoB e Rede Sustentabilidade contra a Lei Estadual 17.853/2023, norma que autorizou a venda da estatal. As legendas alegam que o modelo de privatização é inconstitucional.

Entre os argumentos apresentados, o PT alega que a empresa será vendida por preço abaixo do mercado e diz que há limitação de participação de acionistas para favorecer apenas uma concorrente.. **(ABr)**

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL



Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 10/06/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 20

TFRM-D - Junho - Declaração de apuração da TFRM (TFRM-D) - Entrega à SEF/MG pelas pessoas físicas e jurídicas que efetuarem vendas ou transferências entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular do mineral ou minério, por meio do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (Siare), disponibilizado no *site* da SEF. Internet, Decreto nº 45.936/2012, artigo 14; Portaria SRE nº 106/2012, artigo 2º.

ICMS - Dapi - junho - Declaração de Apuração e Informação do ICMS (Dapi 1) - Contribuintes sujeitos à entrega: frigoríficos e abatedores de aves e de outros animais; laticínio; cooperativa de produtores de leite; produtor rural. **Notas:**

(1) Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 - Dapi 1.

(2) Os prazos para transmissão de documentos fiscais pela Internet são os mesmos atribuídos às demais formas de entrega dos documentos fiscais previstos no RICMS-MG/2023.

Tendo em vista ser uma obrigação acessória eletrônica e a inexistência de prazo para prorrogação quando a entrega cair em dia não útil, manter o prazo original de entrega. Internet, RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 141, VI.

ISSQN - DES-IF- junho - Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) - módulo mensal - Entrega do Módulo de Apuração Mensal do ISSQN, deverá ser gerado mensalmente e entregue ao Fisco até o dia 20 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;

b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal;

c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento por dependência ou por instituição. **Nota:** Esta obrigação é cumprida por meio eletrônico e pode ser efetuada a qualquer tempo. Portanto recomendamos que o envio seja efetuado até a data mencionada no ato. Internet, Decreto nº 17.174/2019, artigo 93, § 4º, I.

Dia 22

ISSQN – DES - junho - Declaração Eletrônica de Serviços - Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (DES) pelas pessoas jurídicas estabelecidas no município de Belo Horizonte, correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior até o dia 20, ou até o primeiro dia útil subsequente, caso não haja, na referida data, expediente na repartição fiscal, contendo as informações referentes ao mês anterior. Internet, Decreto nº 17.174/2019, artigo 83, *caput*.

ICMS - maio - Simples Nacional/operações interestaduais - Recebimento em operação interestadual de mercadoria para industrialização, comercialização ou utilização na prestação de serviço, ficando obrigado a recolher, a título de antecipação do imposto, o valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual. Recolher até o dia 20 do 2º mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 3º, VII, artigo 112, § 7º, III.

ICMS - julho (1º a 20) - fabricante de refino de petróleo- Recolhimento do ICMS devido no regime de tributação monofásica pelo estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da Cnae, situado em Minas Gerais. **Nota:** O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 22 do mês da ocorrência do fato gerador, relativamente às operações realizadas do dia 1º e 20 de cada mês. DAE/internet, decretos ºs 48.555/2022 e 48.619/2023.



FINANÇAS

Fecomércio-MG pede adiamento de vencimento de boletos

APAGÃO CIBERNÉTICO Entidade alega que diversos serviços na internet, inclusive de bancos e de companhias aéreas, foram prejudicados por problemas tecnológicos em todo o mundo

DIONE AS

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG) solicita aos bancos com operações no Estado e a empresas de vários setores produtivos que adiem, para segunda-feira (22), todos os boletos dos comerciantes que tenham a data de vencimento programado para esta sexta-feira (19).

O motivo do pedido, segundo a entidade, é o apagão cibernético que afetou diversos serviços ao redor do mundo desde o início da manhã de sexta-feira.

"Empresas de diversos segmentos, incluindo companhias aéreas internacionais e bancos, estão enfrentando problemas de tecnologia. Alguns serviços disponibilizados na internet estão paralisados ou sofrendo intermitência. A Fecomércio-MG ainda não obteve resposta dos bancos e instituições públicas quanto a esta solicitação", disse a entidade em nota enviada ao Diário do Comércio.

O *downdetector*, que registra queixas com canais digitais, aponta aplicativos e *internet banking* de vários bancos fora do ar ou com lentidão. Às 9h, o próprio *site* colaborativo apresentou instabilidade.

O Bradesco informou que suas plataformas digitais foram afetadas pelo apagão e por isso não estavam disponíveis para os clientes do banco. "Em virtude de um apagão cibernético global que afeta várias empresas no mundo, os sistemas dos canais digitais do Bradesco apresentam indisponibilidade nesta manhã. Equipes estão atuando para regularização o mais breve possível. Os terminais de autoatendimento do banco funcionam normalmente", disse o Bradesco.

Também com registros de queixas no *downdetector*, Itaú, Caixa e Banco do Brasil informaram que seus canais de atendimento funcionam normalmente.



O Banco do Brasil informou que os seus canais de atendimento funcionaram normalmente FOTO: TÂNIA RÊGO / AGÊNCIA BRASIL

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou ao Diário do Comércio que alguns dos sistemas pertencentes às instituições financeiras chegaram a serem interrompidos, mas que isso não comprometeu os serviços.

"Os sistemas foram temporariamente afetados em diferentes escalas, mas nada que comprometesse a prestação de serviços de forma relevante. A maioria das instituições financeiras brasileiras já normalizou seus serviços e as demais estão em avançado estado de normalização e trabalhando para garantir o funcionamento de seus serviços rapidamente", destacou, em nota.

Falha - Segundo a Microsoft, uma de suas prestadoras de serviço, a CrowdStrike, *player* norte-americano de segurança cibernética, sofreu uma falha ao atualizar um de seus sistemas, o que causou a interrupção dos serviços tanto para a desenvolvedora de *softwares*, quanto para os seus aproximadamente 20 mil clientes.

No X, antigo Twitter, o CEO da CrowdStrike, George Kurtz reforçou a informação que a sua empresa sofreu uma interrupção nos serviços por conta da atualização.

A empresa de segurança cibernética assumiu total responsabilidade pela falha que impactou bancos, aeroportos e empresas pelo mundo. Segundo comunicado da companhia, a falha teve origem no aplicativo Falcon, desenvolvido pela empresa e que atua na função de antivírus e, ao mesmo tempo, opera de forma integrada ao sistema operacional em um computador para evitar possíveis ataques. **(Com Folhapress)**

> **"Empresas de diversos segmentos, inclusive de companhias aéreas internacionais e bancos, estão enfrentando problemas de tecnologia. Alguns serviços disponibilizados na internet estão paralisados ou sofrendo intermitência"**

DEBÊNTURES

BNDES subscreve emissão de R$ 9,41 bilhões da CCR

São Paulo - A CCR anunciou na sexta-feira (19) que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) subscreveu a totalidade de uma emissão de R$ 9,41 bilhões em debêntures incentivadas pelo grupo de concessões de infraestrutura, cujos recursos serão usados em obras nas rodovias Presidente Dutra e BR 101-RJ/SP.

Além do montante, o banco de fomento também concedeu linha de financiamento de R$ 1,34 bilhão para o grupo na modalidade chamada Finem, somando um total comprometido de R$ 10,75 bilhões, quase 70% dos cerca de R$ 15,5 bilhões que serão investidos pelo grupo nas duas rodovias.

Segundo a CCR, as duas primeiras séries da emissão de debêntures têm vencimento de 23 anos e taxa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 6,90% ao ano. A linha Finem tem um prazo de 22 anos e um custo de IPCA mais 8,68% ao ano.

"Ao todo, a operação terá uma taxa média de IPCA mais 7,17% ao ano", disse a companhia, cujo presidente-executivo, Miguel Setas, afirmou que o anúncio marca a maior emissão de debênture de infraestrutura do Brasil.

A CCR já havia informado em meados de junho que seu conselho de administração aprovou a emissão das debêntures em oito séries, com juros indo de 6,90% a 8,58% ao ano.

No pacote, os ativos do projeto fazem parte das garantias, sem exigência de aval e fiança dos acionistas controladores para pagamento da dívida, disse a diretora de infraestrutura do BNDES, Luciana Costa, em comunicado à imprensa.

A CCR iniciou em 2022 o contrato de 30 anos de concessão da Dutra, que incluiu a concessão de trecho da Rio-Santos. O contrato prevê investimentos de ampliação de capacidade da malha rodoviária de 625,8 quilômetros das duas rodovias. **(Reuters)**

BANCOS

Herdeiros do Safra encerram briga judicial

São Paulo - Os herdeiros do banqueiro Joseph Safra anunciaram na sexta-feira (19) que firmaram acordo para encerrar a disputa judicial iniciada por Alberto Safra, que dizia ter sido vítima de manipulação por dois de seus irmãos.

Em nota, a família disse ter chegado a uma solução amigável. As condições e os valores envolvidos no acordo não foram divulgados. Alberto Safra, segundo o comunicado, se afastará do grupo J. Safra e seguirá "seus interesses empresariais através da ASA".

A ASA Investments foi fundada por Alberto Safra em 2019, quando ele deixou o comando do banco Safra,-função que dividia com o irmão David-, em meio a um desentendimento com o irmão. A criação da ASA é um dos panos de fundo da disputa entre os herdeiros Safra.

De saída, Alberto Safra levou para o ASA executivos do banco Safra, o que teria desagradado ao pai e o levado a deserdar o filho.

No processo que iniciou em Nova York, Alberto disse que a família se aproveitou das condições de saúde do patriarca, Joseph Safra (que morreu em dezembro de 2020), para mexer na estrutura do Safra National Bank, nos Estados Unidos, a SNBNY.

As mudanças, disse Alberto Safra no processo, teriam feito com que ele perdesse força e participação na *holding* que controla o banco. Nesta sexta, ele disse que as questões foram superadas.

"Estou feliz por deixar esse assunto para trás. Após esclarecimentos, entendi que não houve irregularidades, e que o patrimônio do sr. José foi devidamente distribuído de acordo com seus desejos", afirmou.

Também segundo o comunicado distribuído pela família Safra, todos os envolvidos concordaram em encerrar processos judiciais e arbitrais que estejam pendentes.

"A viúva de Joseph, Vicky Safra, e os filhos, disseram, em nota, que estão satisfeitos com o fim da disputa e que reafirmam seus laços familiares."

Nascido no Líbano e naturalizado brasileiro, Joseph Safra construiu um robusto conglomerado e era apontado pela revista Forbes como o brasileiro mais rico, com uma fortuna avaliada em R$ 119 bilhões quando morreu, em dezembro de 2020, aos 82 anos. **(Fernanda Brigatti/Folhapress)**

Ibovespa encerra a semana com desvalorização de 0,99%

MERCADO Indicador é pressionado pela incerteza na questão fiscal do Brasil e pelo cenário externo

São Paulo - O Ibovespa devolveu os ganhos do dia para encerrar próximo da estabilidade na sexta-feira (19), com agentes financeiros apontando que o anúncio de contingenciamento de gastos pelo governo traz alívio sobre a questão fiscal, mas pode não ser o suficiente.

O indicador também sofreu pressão do cenário externo, em sessão ainda marcada por uma falha tecnológica que afetou serviços em diferentes países do mundo e por vencimento de opções sobre ações na bolsa paulista.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa fechou com variação negativa de 0,03%, a 127.616,46 pontos, acumulando perda de 0,99% na semana, o primeiro recuo semanal do mês e após quatro semanas positivas.

No melhor momento do pregão, o Ibovespa chegou a 128.360,05 pontos. No pior, foi a 127.412,84 pontos. O volume financeiro na bolsa somou R$ 22,03 bilhões.

O anúncio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na última quinta-feira, de que o governo fará uma contenção de R$ 15 bilhões no Orçamento deste ano com o objetivo de cumprir as exigências do arcabouço fiscal trouxe certo alívio aos ativos brasileiros no início da sessão, mas não perdurou.

"O anúncio foi positivo, mostra o início de uma sinalização de comprometimento com o arcabouço, mas não sei se ele vai ser suficiente, então a gente precisa entender na segunda-feira, com a divulgação do relatório", afirmou a estrategista de renda variável Mônica Araújo, da InvestSmart, referindo-se ao relatório bimestral de receitas e despesas, que será divulgado pela equipe econômica do governo na próxima semana.



O Ibovespa registrou a primeira queda semanal depois de quatro semanas consecutivas de resultados positivos FOTO: AMANDA PEROBELLI / REUTERS

> **"O anúncio foi positivo, mostra o início de uma sinalização de comprometimento com o arcabouço, mas não sei se vai ser suficiente, a gente precisa entender na segunda--feira, com a divulgação do relatório"**
>
> Mônica Araújo

O relatório avalia o risco de descumprimento de regras fiscais no ano e detalha as necessidades de travar despesas.

Nos Estados Unidos, as bolsas ampliaram movimento de queda, em meio a uma falha em um sistema digital que causou interrupção de serviços em uma série de setores ao redor do mundo e aumentou a incerteza em um mercado já ansioso.

"Se a gente tivesse um ambiente externo mais acomodado, não tão avesso a risco, talvez o impacto (do anúncio de congelamento de gastos) nos mercados fosse mais significativo", acrescentou a analista da InvestSmart.

Dólar - O otimismo trazido pelo anúncio de congelamento de despesas pelo governo foi diluído durante a sessão de sexta-feira (19), o que fez o dólar à vista fechar em alta, novamente acima dos R$ 5,60, em meio a persistente desconfiança em relação à política fiscal brasileira e à alta da moeda norte-americana no exterior.

O dólar à vista encerrou o dia cotado a R$ 5,6046 na venda, com avanço de 0,28%. Numa semana marcada pelo aumento da percepção de risco fiscal, a divisa acumulou ganho de 3,20%.

"Tivemos uma abertura refletindo alívio no risco fiscal. Tivemos um alívio pontual por uma questão local. E depois nos alinhamos ao exterior", comentou o diretor da assessoria de câmbio FB Capital, Fernando Bergallo, ao tratar do fortalecimento do dólar. **(Reuters)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		19/07/2024	18/07/2024	17/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6030	R$ 5,5870	R$ 5,4830
	VENDA	R$ 5,6040	R$ 5,5870	R$ 5,4830
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,5537	R$ 5,5420	R$ 5,4664
	VENDA	R$ 5,5543	R$ 5,5426	R$ 5,4670
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6280	R$ 5,6110	R$ 5,5130
	VENDA	R$ 5,8080	R$ 5,7910	R$ 5,6930

Fonte: BC

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	5,06%	6,97%

TR/Poupança

13/06 a 13/07	0,0945	0,5950
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961
21/06 a 21/07	0,0653	0,5656
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713

Ouro

	19/07/2024	18/07/2024	17/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.400,78	US$ 2.445,09	US$ 2.458,69
BM&F-SP (g)	R$ 429,52	R$ 438,44	R$ 432,81

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

18/07.. US$ 362.317 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7945	0,8097
COLON/COSTA RICA	35	0,3588	0,3611
COLON/EL SALVADOR	40	0,01038	0,01059
COROA DINAMARQUESA	55	0,8103	0,8105
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04035	0,04044
COROA NORUEGUESA	65	0,5094	0,5096
COROA SUECA	70	0,52	0,5202
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,512	1,5123
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7165	3,718
DOLAR/BAHAMAS	155	5,5537	5,5543
DOLAR CANADENSE	165	4,0455	4,0471
DOLAR DA GUIANA	170	0,02639	0,02671
DOLAR CAYMAN	190	6,6511	6,7325
DOLAR CINGAPURA	195	4,1285	4,1314
DOLAR HONG KONG	205	0,711	0,7112
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8136	0,8222
DOLAR DOS EUA	220	5,5537	5,5543
FORINT/HUNGRIA	345	0,01549	0,0155
FRANCO SUICO	425	6,2514	6,2527
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007337	0,0007343
IENE	470	0,03529	0,03529
LIBRA/EGITO	535	0,115	0,1152
LIBRA ESTERLINA	540	7,1759	7,1773
LIBRA/LIBANO	560	0,000062	0,0000621
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004271	0,0004273
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1692	0,1694
NOVO SOL/PERU	660	1,4844	1,4864
PESO ARGENTINO	665	0,06636	0,06641
PESO CHILE	715	0,005873	0,005879
PESO/COLOMBIA	720	0,001375	0,001377
PESO/CUBA	725	0,2314	0,2314
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09345	0,09441
PESO/FILIPINAS	735	0,09507	0,09511
PESO/MEXICO	741	0,3089	0,3091
PESO/URUGUAIO	745	0,1377	0,1379
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7148	0,7169
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002637	0,002653
RENMINBI HONG KONG	796	0,7622	0,7624
RIAL/CATAR	800	1,5226	1,5235
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4806	1,4808
RINGGIT/MALASIA	828	1,1842	1,1855
RUBLO/RUSSIA	830	0,06318	0,06319
RUPIA/INDIA	860	0,06631	0,06636
WON COREIA SUL	930	0,003996	0,003998
EURO	978	6,0458	6,0486

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

08/07	0,01365297	3,04736086
09/07	0,01365340	3,04745588
10/07	0,01365397	3,04758326
11/07	0,01365452	3,04770553
12/07	0,01365512	3,04783887
13/07	0,01365539	3,04789967
14/07	0,01365539	3,04789967
15/07	0,01365539	3,04789967
16/07	0,01365582	3,04799543
17/07	0,01365639	3,04812311
18/07	0,01365696	3,04825052
19/07	0,01365754	3,04838015
20/07	0,01365781	3,04843943
21/07	0,01365781	3,04843943
22/07	0,01365781	3,04843943

Fonte: Fenaseg

TBF

13/07 a 13/08	0,7713
14/07 a 14/08	0,8082
15/07 a 15/08	0,8451
16/07 a 16/08	0,8453
17/07 a 17/08	0,8454
18/07 a 18/08	0,8097

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

sage

Dia 20

EFD - Distrito Federal - Distrito Federal - O arquivo digital da EFD- ICMS/IPI deverá ser transmitido pelos contribuintes do IPI, exceto os inscritos no Simples Nacional, ao ambiente nacional do Sped, até o 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto, observada a legislação específica do Distrito Federal (Instrução Normativa RFB nº 1.685/2017, art. 12).
Internet

Dia 22

IRPJ/CSL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - Recolhimento unificado do IRPJ/CSL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em junho/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e art. 5º da Lei nº 10.931/2004, alterado pela Lei nº 12.024/2009) - Cód. Darf 4095.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.
Darf Comum (2 vias)

IRPJ/CSL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - PMCMV - Recolhimento unificado do IRPJ/CSL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em junho/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias e às construções no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e Lei nº 10.931/2004, art. 5º, alterado pela Lei nº 12.024/2009, art. 1º) - Cód. Darf 1068.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.
Darf Comum (2 vias)

Simples Nacional - Pagamento, pelas microempresas (ME) e pelas empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, do valor devido sobre a receita bruta do mês de junho/2024 (Resolução CGSN nº 140/2018, art. 40).
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.
Internet

Dia 23

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet
Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "b";
Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 24

IOF - Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de julho/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.07.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

UFMG é a 14ª melhor universidade da América Latina

DIONE AS

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aparece entre as 20 melhores universidades da América Latina e Caribe 2024, segundo dados divulgados recentemente pela empresa britânica especializada em educação QS World Universities Ranking. O resultado apresenta um avanço em relação à última edição, quando a universidade que esteve em 15º lugar em 2023, passou para a 14ª colocação desta vez.

O desempenho da UFMG foi especialmente positivo no índice de reputação acadêmica, assim como de outras sete categorias pontuadas, como reputação de empregabilidade, pesquisa e artigos por instituição.

O primeiro lugar no *ranking* ficou com a Universidade de São Paulo (USP). Outras instituições brasileiras também compõem a lista. A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) ficou em 3º lugar, enquanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) assumiu o 8º lugar. Já a Universidade Estadual Paulista (Unesp) foi reconhecida como a 10ª posição do ranking.

Veja, a seguir, o *ranking* das 15 melhores universidades da América Latina e Caribe.



Resultado alcançado pela UFMG representa um avanço em relação à última edição, quando esteve em 15º lugar FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

1º: Universidade de São Paulo (USP) – Brasil (pontuação geral: 100)

2º: Pontifícia Universidade Católica do Chile (UC) – Chile (pontuação geral: 99,1)

3º: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Brasil (pontuação geral: 96,2)

4º: Tecnológico de Monterrey – México (pontuação geral: 95,4)

5º: Universidade do Chile – Chile (pontuação geral: 94,9)

6º: Universidade dos Andes – Colômbia (pontuação geral: 92,8)

7º: Universidade Nacional Autônoma do México (Unam) – México (pontuação geral: 91,3)

8º: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Brasil (pontuação geral: 90,3)

9º: Universidade de Buenos Aires (UBA) – Argentina (pontuação geral: 88,4)

10º : Unesp – Brasil (pontuação geral: 85,7)

11º: Universidade de Concepción – Chile (pontuação geral: 84,1)

12º: Universidade Nacional da Colômbia – Colômbia (pontuação geral: 83,7)

13º: Pontifícia Universidade Católica do Peru – Peru (pontuação geral: 78,9)

14º: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil (pontuação geral: 77,9)

15º: Universidade de Santiago do Chile (Usach) – Chile (pontuação geral: 77,6)

Ao todo, cerca de 430 instituições integram o *ranking* deste ano, com cinco países inseridos pela primeira vez: Granada, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago. Quase no fim da lista geral, aparece a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), entre a 351ª e a 400ª colocação, sendo a última do Estado a ser mencionada. %

"Cerca de 430 instituições integram o ranking deste ano, com cinco países inseridos pela primeira vez: Granada, Guiana, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago"

Arraial de Belo Horizonte em nova "casa"

CLÁUDIA DUARTE, Editora

Celebrando a cultura e as tradições juninas, o Arraial de Belo Horizonte chega à sua 45ª edição com uma programação diversificada e gratuita. Em 2024, o festejo, que é considerado o maior e mais representativo das regiões Sul e Sudeste, será realizado neste fim de semana (dias 20 e 21) e em 27 e 28 de julho, agora em novo local: o Mineirinho. A programação começa a partir de 15 horas nos dois fins de semana.

O Arraial promete ser a retomada de grandes eventos no Mineirinho, que apresenta melhorias na infraestrutura, com capacidade para mais de 13 mil pessoas e estacionamento amplo. A Pampulha terá um plano de mobilidade e segurança preparado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)

O espetáculo das quadrilhas e os grandes shows musicais acontecem no local, assim como a Vila Gastronômica, oferecendo uma experiência junina completa. O 5º Concurso do Prato Junino, que envolveu várias faculdades de gastronomia da Capital, premiou os melhores quitutes e os vencedores vão comercializá-los durante o Arraial. Bares do Mercado Central, como o Bar da Lora e o Bar Mané Doido, também vão marcar presença.

Ao longo dos anos, o Arraial de Belo Horizonte vem se tornando uma celebração cada vez mais democrática, atraindo moradores e turistas de diversos cantos do País.

Grandes atrações vão marcar o Arraial em 2024. Entre as atrações, estão a cantora Paula Fernandes e a dupla sertaneja Clayton e Romário, que vão se apresentar neste fim de semana (20 e 21). O evento também terá a presença de artistas locais, como a cantora Duda Paiva e a dupla Pedro Leite e Alemão, além de bandas de forró no Palco Coreto, em parceria com o coletivo Fórum Forró de Raiz de Minas Gerais.



Concurso Municipal de Quadrilha este ano vai apresentar 45 grupos, que prometem muita alegria e empolgação FOTO: DIVULGAÇÃO / CESAR TROPIA

Concurso de Quadrilhas - O Concurso Municipal de Quadrilhas Juninas traz 45 quadrilhas, que prometem muita alegria e empolgação nos dias 20, 21, 27 e 28 de julho. As apresentações serão realizadas no interior do ginásio, com um espaço amplo e seguro para participantes e espectadores.

Além disso, o Arraial deste ano contará com várias ações de sustentabilidade, como o "Bosque dos Quadrilheiros" e o "Controle de Compensação de Carbono". A Belotur também implementará iniciativas para a inclusão, como intérpretes de Libras.

A programação completa, os horários das quadrilhas e dos shows podem ser conferidos em *https://portalbelohorizonte.com.br/arraial* %

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

"Elton John Essence"

O Teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas (rua da Bahia, 2.244 – Lourdes – BH) vai receber o show "Elton John Essence – Rocketman" no próximo dia 2 de agosto, às 21 horas. Os ingressos já estão à venda pela plataforma Sympla ou na bilheteria do teatro. No espetáculo, Sir. Elton John é interpretado pelo maestro e cantor Rogério Martins. Trata-se de uma apresentação envolvente, emocionante e divertida, cheia de magia e cenografia com muitas surpresas encantando a plateia. Os ingressos custam no Setor I, R$ 200 (inteira) e R$ 100 (meia), e no Setor II, R$ 180 (inteira) e R$ 90 (meia). A classificação é livre. Rogério Martins e sua Rocket Band são os únicos representantes oficiais do cantor britânico no Brasil. Além de ser um maestro reconhecido no cenário internacional e possuir o mesmo timbre de voz do Sir Elton John, Rogério Martins é muito parecido com o Rocketman, o que traz ao show uma sensação única de estar perto de um dos maiores ícones da música pop mundial.

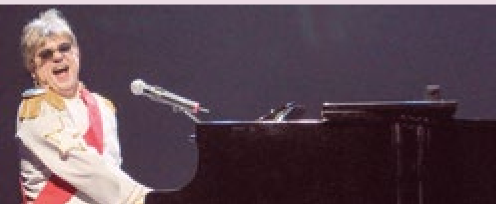


FOTO: DIVULGAÇÃO / CENTRO CULTURAL UNIMED / BH MINAS

Caixa Estante

A Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG) acaba de entregar mais uma Caixa Estante, serviço da Biblioteca Pública Estadual que leva livros cuidadosamente selecionados a diversas a instituições, com o intuito de democratizar o acesso à cultura e à literatura. Dessa vez, quem recebeu o equipamento, com cerca de 200 títulos, foi a unidade de nefrologia do Hospital Evangélico, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A ação, que integra o programa de governo Minas Criativa, foi realizada durante a inauguração do projeto "Lendo e Aprendendo" na unidade, que agora conta com um espaço de leitura com 600 títulos diversos, além de cinco dispositivos Kindle e cinco MP3 para pessoas com baixa visão. O acervo pode ser desfrutado pelos 719 pacientes que fazem sessões de hemodiálise no local, além de familiares, acompanhantes e colaboradores do hospital.

Academia Filarmônica

No dia 26 de julho, às 20h, na Sala Minas Gerais, os alunos da primeira turma da Academia Filarmônica fazem concerto gratuito de encerramento do curso, que teve a duração de três anos. Participam do recital 15 músicos e musicistas da Academia Filarmônica, que foi criada em 2021. A distribuição de ingressos é pelo site da Filarmônica (*www.filarmonica.art.br*), limitada a dois ingressos por pessoa. No repertório, obras de Béla Bartók, Félix-Alexandre Guilmant, Mozart, Pierre Sancan e Oswaldo Costa de Lacerda. Para encerrar a noite de formatura, os academistas interpretam uma obra inédita de Jônatas Reis, Sinfonia Acadêmica nº 1, "Gratidão", composta especialmente para a formatura.